

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

BRUNO BATISTA FIORAVANTE

**O INVENTÁRIO DAS OBRAS MODERNISTAS PROJETADAS POR OSCAR
NIEMEYER EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DA PATRIMONIALIZAÇÃO
REALIZADA PELO IEPHA/IPAC (MG)**

VIÇOSA

2024

BRUNO BATISTA FIORAVANTE

**O INVENTÁRIO DAS OBRAS MODERNISTAS PROJETADAS POR OSCAR
NIEMEYER EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DA PATRIMONIALIZAÇÃO
REALIZADA PELO IEPHA/IPAC (MG)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Vanessa Lana.

VIÇOSA

2024

T

F517i
2024

Fioravante, Bruno Batista, 1984-

O inventário das obras modernistas projetadas por Oscar Niemeyer em Minas Gerais: uma análise da patrimonialização realizada pelo IEPHA/IPAC (MG) / Bruno Batista Fioravante. – Viçosa, MG, 2024.

1 dissertação eletrônica (74 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Orientador: Vanessa Lana.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de História, 2024.

Referências bibliográficas: f. 65-69.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2024.283>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Patrimônio cultural - Proteção. 2. Niemeyer, Oscar, 1907-2012. 3. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. 4. Inventários. 5. Modernismo (Arquitetura). 6. Edifícios escolares - Minas Gerais. I. Lana, Vanessa, 1982-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. III. Título.

CDD 22. ed. 363.69


BRUNO BATISTA FIORAVANTE

O INVENTÁRIO DAS OBRAS MODERNISTAS PROJETADAS POR OSCAR NIEMEYER EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE DA PATRIMONIALIZAÇÃO REALIZADA PELO IEPHA/IPAC (MG)


Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Aprovado: 10 de abril de 2024.

Assentimento :

Documento assinado digitalmente
 **BRUNO BATISTA FIORAVANTE**
Data: 14/08/2024 16:09:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Bruno Batista Fioravante
(Autor)

Documento assinado digitalmente
 **VANESSA LANA**
Data: 15/08/2024 17:25:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vanessa Lana (Orientadora)

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Vanessa Lana, pela paciência e dedicação em me orientar.

Aos membros de minha banca, professores Leonardo Civale, Luis Molinari e Ângelo Adriano Faria de Assis pelas ricas contribuições ao longo dessa caminhada.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, que em tempos de terror pandêmico, me ajudou a manter o foco e a esperança.

Aos meus queridos professores da PUC- Minas, em especial, professor Edison Gomes, pelo carinho e companheirismo em que me ensinou nos tempos de graduação.

Aos técnicos do Departamento de História: Breno, Gustavo e Mileny pela dedicação em me atender prontamente.

À querida Luiza, um presente valioso que este mestrado me deu. Confidente e amiga em momentos de, às vezes desespero, mas, o mais importante, de muitas risadas e alegrias. Tenho certeza que será uma amizade para sempre!

À turma 2021, pelo tempo e experiências passados juntos.

Aos funcionários do IEPHA, em especial: Adriana, Carlos Henrique Rangel e Ângela Canfora por me receber e me ensinar como trabalhar com o patrimônio histórico.

À minha revisora, Luana, pelo carinho e empenho em corrigir meus textos, analisando ponto por ponto, agradeço de coração.

A Luis Gustavo Mundin Molinari, um grande amigo, um irmão que a vida me deu, e que abriu as portas do patrimônio cultural para a minha caminhada dentro do IEPHA, um dos grandes responsáveis por esse momento.

Ao meu querido Tio Getúlio, que sempre mostrou interesse sobre meu trabalho, me apoiando na pesquisa, na leitura da dissertação e em dicas de extrema importância, assim como na aquisição de referências para a produção do projeto.

Aos meus queridos primos que tenho como irmãos: Leonardo Fioravante, Dione Fioravante, Maria Carolina, José Wilson, Túlio, Giovanna. Aos meus queridos e saudosos, Warley e Fábio,

pela companhia, carinho e apoio em momentos difíceis pelos quais passei. Certamente essa conquista ficou mais fácil e tranquila com o amor de vocês.

Ao meu querido cunhado, Leonardo Avelar, pelo apoio, dedicação e carinho que me dedicou em todo esse processo, contribuindo sempre com palavras positivas, o que me deu forças para seguir adiante!

A minha querida amiga e cunhada, Fabiana, por me receber em sua casa, estender em conversar comigo pela madrugada, e me tratar com tanto carinho, o que certamente me fez mais forte para todo o processo. Muito obrigado!

Aos meus queridos irmãos, Thiago e Júlia, que aguentaram minha impaciência, ansiedade e tensão até este momento. Sabemos que a compreensão não é obrigatória, por isso, o esforço de vocês em compreender esse momento me deixou mais forte. Obrigado!

Aos meus amados sobrinhos, pelo modo carinhoso e afetuoso que me tratam. Onde há a presença do cheiro deles, me sinto mais feliz!

Aos meus pais, Juscelino Fioravante e Maria Luzimar, pela paciência com a minha ansiedade e pelo apoio em todos os níveis para chegar à conclusão desta etapa. O apoio, o carinho e os calorosos debates sobre a vida, certamente me deixaram fortes para seguir este caminho. Amo vocês!

“A persistência é o caminho do êxito.”

Charles Chaplin

RESUMO

FIORAVANTE, Bruno Batista, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2023. **Uma análise da patrimonialização realizada pelo IEPHA/IPAC (MG) nas escolas modernistas projetadas por Oscar Niemeyer.** Orientadora: Vanessa Lana.

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de patrimonialização de escolas modernistas mineiras projetadas pelo arquiteto, Oscar Niemeyer. Tem como fonte principal, o Inventário de Proteção produzido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) no ano de 2018. Além disso, busca debater o sentido ideológico da patrimonialização das escolas, envolvendo a produção modernista no Estado, em especial, na arquitetura escolar, indicada para tombamento, produzida por Oscar Niemeyer. As escolas em questão são: Escola Estadual Governador Milton Campos, em Belo Horizonte, Escola Estadual Manuel Inácio Peixoto, em Cataguases, denominado Colégio Cataguases, Escola Estadual Júlia Kubitschek, em Diamantina. Para isso, foi realizada uma pesquisa sobre a patrimonialização das escolas, tendo como foco, o Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC-MG). Para esta análise se fez importante compreender aspectos que nortearam o campo da salvaguarda do patrimônio cultural, procurando trabalhar conceitos que são caros a esta dissertação envolvendo a patrimonialização, como também, dissertar sobre o histórico de cada escola aqui estudada. Por fim, buscou-se trabalhar os inventários que culminaram na indicação para o tombamento das escolas supracitadas. Para atingir os objetivos almejados na investigação foram consultadas fontes, como: artigos acadêmicos, periódicos, livros, teses e dissertações. Além de uma análise de fontes primárias, como: decretos, leis e o inventário produzido pelo Instituto Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG). Esta dissertação apresenta como produto final um pequeno livro sobre as escolas modernistas abordadas na pesquisa. Nele irá conter a descrição de todo processo de patrimonialização das edificações e as histórias das construções, que será entregue ao IEPHA. Também ficará disponível em plataformas digitais, a partir da busca de parcerias com universidades e programas de fomento à cultura.

Palavras-chave: patrimonialização; IEPHA-MG; IPAC-MG.

ABSTRACT

FIORAVANTE, Bruno Batista, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2023. **Uma análise da patrimonialização realizada pelo IEPHA/IPAC (MG) nas escolas modernistas projetadas por Oscar Niemeyer.** Orientadora: Vanessa Lana.

The objective of the present work is to analyze the process of patrimonization of modernist schools in Minas Gerais, having as main source the Participatory Inventory produced by the State Institute of Historical and Artistic Heritage of Minas Gerais (IEPHA) in the year 2018, the schools in question are: Governador Milton Campos State School, in Belo Horizonte, Manuel Inácio Peixoto State School, in Cataguases, called Colégio Cataguases, Júlia Kubitschek State School, in Diamantina, as well as to discuss the ideological meaning of the patrimonialization of the aforementioned schools, involving the modernist production in the State, in particular, in the school architecture, nominated for tumbling, produced by Oscar Niemeyer. For this, a research about the patrimonialization of the schools was carried out, focusing on the Participatory Artistic and Cultural Inventory of Minas Gerais (IPAC-MG). For this analysis, it was important to understand aspects that guided the field of safeguarding the cultural heritage, trying to work on concepts that are dear to this dissertation involving patrimonialization, as well as, to better contextualize the research, to discuss the history of each school studied here. To achieve the research's objectives, sources such as: academic articles, periodicals, books, theses and dissertations were consulted. In addition to an analysis of primary sources such as: decrees, laws and the inventory produced by the Instituto Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG). The final product of this dissertation will be the production of a small book about the modernist schools covered in the research, containing a description of the whole process of patrimonialization of the buildings and the history of the constructions, which will be delivered to IEPHA, as well as made available on digital platforms. For this, it will be necessary to seek partnerships with universities and cultural promotion programs.

Keywords: patrimonization; IEPHA-MG; IPAC-MG.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Jogo para o Colégio Cataguases	56
Figura 2 - Segundo Jogo para o Colégio Cataguases	56
Figura 3 - Terceiro Jogo para o Colégio Cataguases.....	57
Figura 4 - Jogo para o Colégio Estadual Central.....	58
Figura 5 - Segundo Jogo para o Colégio Estadual Central.....	58
Figura 6 - Terceiro Jogo para o Colégio Estadual Central	58
Figura 7 - Jogo para a Escola Júlia Kubitscheck:.....	60
Figura 8 - Segundo Jogo para a Escola Júlia Kubitscheck:.....	60
Figura 9 - Terceiro Jogo para a Escola Júlia Kubitscheck:	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Fonte: IEPHA/MG. Inventário de projetos e obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais. GIP, 2018.	40
Gráfico 2 - Fonte: IEPHA/MG. Inventário de projetos e obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais. GIP, 2018.	41
Gráfico 3 - Fonte: IEPHA/MG. Inventário de projetos e obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais. GIP, 2018.	41
Gráfico 4 - IEPHA/MG. Inventário de projetos e obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais. GIP, 2018.	42
Gráfico 5 - IEPHA/MG. Inventário de projetos e obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais. GIP, 2018.	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista de obras de Niemeyer edificadas em Minas Gerais.....	37
Tabela 2 - Lista de projetos de Niemeyer em Minas Gerais não edificadas.	38
Tabela 3 - Lista de obras de Niemeyer demolidas em Minas Gerais.	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF 88	Constituição Federal de 1988
CRD	Coordenadoria de Registro e Documentação
DID	Departamento de Identificação e Documentação
FEC	Fundo Estadual de Cultura
IEPHA(MG)	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
INBI (SU)	Inventário Nacional de Bens Imóveis
INBMI (SU)	Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados
INDL	Inventários Nacionais de Diversidade Linguística
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPAC	Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: PERCURSOS E DESCENTRALIZAÇÃO	18
1.1 O inventário do patrimônio cultural e seus caminhos	18
1.2 IPAC/MG -Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais- Oscar Niemeyer: o caminho dentro da instituição.	29
CAPÍTULO 2: IPAC/MG – INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE MINAS GERAIS	35
2.1 IPAC/MG – Inventário De Proteção Do Acervo Cultural De Minas Gerais – Oscar Niemeyer E Seus Resultados	36
2.2 IPAC/MG - Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais: descentralização, aplicação e metodologia	44
CAPÍTULO 3 - INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL (IPAC- MG): OSCAR NIEMEYER, PRODUTO FINAL	51
3.1 Educação Patrimonial sua difusão, seu novo uso e pertencimento	52
3.2 Educação Patrimonial, materias pedagógicos: produto final.	54
CONCLUSÃO	62
REFERÊNCIAS	65
FONTES:	69
ANEXO 1 - Questionário para conhecer a realidade do aluno	70
ANEXO 2 - Exercício conhecendo um bem cultural	73

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de patrimonialização das obras modernistas projetadas por Oscar Niemeyer em Minas Gerais. Tem como fonte principal, o Inventário Participativo, produzido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) no ano de 2018. Com a finalização do inventário, três edificações escolares e o Clube Social de Diamantina, projetadas pelo arquiteto modernista, foram indicadas para tombamento.

A escolha do processo de patrimonialização como tema da pesquisa, aqui representada pelo o inventário Oscar Niemeyer, é devido à minha participação como historiador e funcionário do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA). Ao ingressar na instituição no ano de 2014, fui designado para o setor de tombamento, responsável pela elaboração dos históricos que serviriam de base para a proteção do Estado.

No mesmo ano, fui o historiador responsável pelo histórico do Dossiê de Tombamento do conjunto arquitetônico da cidade de Grão Mogol (MG). Em seguida, contribuí com o desenvolvimento do Dossiê de Tombamento do prédio do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em Belo Horizonte, sendo responsável por redigir a motivação. Em 2016, a instituição iniciou estudos para a proteção da região do Túnel da Mantiqueira, local onde se deu a batalha entre mineiros e paulistas na Revolução Constitucionalista de 1932, na cidade de Passa Quatro (MG).

Fui o responsável pela construção do histórico para o Dossiê de Tombamento. Em 2017, fui transferido para a Gerência de Identificação (GID), setor responsável por fiscalizar e atender os municípios que participam do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços Cultural (ICMS) e na difusão da proteção do patrimônio em Minas Gerais. No setor, participei da construção das diretrizes para a pontuação no ICMS, assim como programas educacionais para disseminar a atenção para a proteção do patrimônio cultural mineiro.

No ano de 2018, pude contribuir na realização do inventário das obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais. O objetivo foi identificar as edificações com interesse de preservação pelo Estado. No levantamento, identificamos 125 projetos do arquiteto em Minas, entre: construídos, parcialmente construídos e edifícios atribuídos a ele. Portanto, a escolha do tema deu-se pela minha experiência no campo da pesquisa, assim como em meu trabalho com a temática proposta.

Os edifícios em questão são da arquitetura modernista brasileira. Trazem em suas edificações elementos históricos, artísticos e arquitetônicos que nos mostram os ideais que

norteavam o movimento modernista, tendo como meio propagador a arte e a arquitetura. Para a construção, os elementos integrados contaram com a contribuição de artistas de renome, como: Di Cavalcanti, Candido Portinari; e no paisagismo, Roberto Burle Marx. O objetivo, segundo o arquiteto Lúcio Costa, era proporcionar aos alunos um primeiro contato com as artes¹.

Entre 1938 até sua morte, o arquiteto Oscar Niemeyer ganhou amplo espaço para o desenvolvimento de seus projetos em Minas Gerais. Suas obras deram-se em grande parte pelo poder público, que incentivou a construção de edificações modernistas². Nas edificações são depositadas intencionalidades, de acordo com a visão de determinado arquiteto. Para os modernistas, o fator cultural está ligado à edificação, abrigando nela as artes, como: esculturas, painéis, museus, quadros e painéis de azulejo.

A princípio, a proposta da pesquisa era analisar a historicidade das escolas, juntamente com a sua patrimonialização. Ao ingressar no programa de pós-graduação do mestrado profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania oferecido pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), compreendi ser necessário delimitar o desenvolvimento do tema e perceber qual era o objetivo real. Um entrave encontrado para a elaboração da pesquisa foi a pandemia de Covid-19, que dificultou o acesso às edificações, devido à imposição do distanciamento social. Ressalta-se, que a grande maioria das edificações pesquisadas já possuem trabalhos publicados sobre sua história. Entretanto, com o andamento da pesquisa, pude observar, que a patrimonialização, com a produção do inventário e seu significado como exemplar no Estado de Minas Gerais, ainda é um campo a ser trabalhado.

Esta dissertação aborda uma temática voltada à patrimonialização das edificações modernistas projetadas por Oscar Niemeyer por meio do inventário. A abordagem é inédita com base em material ainda não explorado no meio acadêmico. Além disso, relaciona a questão do

¹ COSTA, Lucio. **A crise da arte contemporânea. Congresso internacional dos artistas, Veneza**, v. 1, n. 1, p. 138-145, set. 1953.

² MOLINARI *et al.* DOCUMENTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO - ANÁLISE E RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURAS DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: NIEMEYER E MINAS GERAIS: um olhar sobre o arquiteto pelo inventário de seus projetos e obras no estado. M. **3º Simpósio Científico do Icomos Brasil**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-15, out./2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39914315/NIEMEYER_E_MINAS_GERAIS_um_olhar_sobre_o_arquiteto_pelo_invent%C3%A1rio_de_seus_projetos_e_obras_no_estado. Acesso em: 27 nov. 2020.

patrimônio como construção da sociedade, uma vez que retrata valores e significados importantes para ela quando foram construídos.

O ineditismo da proteção pelo Estado das edificações modernistas demonstra uma nova construção identitária acerca do patrimônio cultural em Minas Gerais. Como afirmou o próprio IEPHA, “a realização do inventário tem como expectativa que o tema da arquitetura moderna esteja cada vez mais presente na realidade da preservação do patrimônio em Minas Gerais”⁵.

A elaboração do inventário por parte do IEPHA demonstra o reconhecimento identitário das edificações para Minas Gerais. Para Molinari *et al.* (2009), que coordenou esse inventário, ele se insere “nos horizontes de pesquisa e de preservação da instituição, que sempre procura estar atenta aos patrimônios culturais que marcaram e marcam a identidade do Estado”. Tal fato demonstra a importância da produção dos inventários para a política de preservação estadual.

O inventário no Brasil passou a ser realizado de forma mais eficaz na década de 1970. Em Minas Gerais, no ano de 1984, o Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC) foi criado pelo IEPHA-MG. A produção do IPAC- Oscar Niemeyer, fez um grande levantamento das obras do arquiteto em Minas Gerais. Ao todo, como iremos demonstrar ao longo da pesquisa, foram identificados 62 projetos vinculados ou elaborados por Niemeyer, 23 não foram executadas, três foram parcialmente executadas e existe apenas um em construção (Catedral Cristo Rei) em Belo Horizonte. As fichas de inventário são estruturadas em 14 campos temáticos.

O inventário é o principal instrumento de políticas públicas para reconhecimento de um bem cultural como representação da memória coletiva da sociedade. Contribui com a identificação da diversidade do modo de vida dos diferentes grupos sociais. Ao inventariar as edificações, a instituição tem o seu primeiro contato com o bem a ser preservado. O trabalho de campo, os levantamentos de fonte e o conhecimento do espaço fazem do inventário parte da elaboração de um processo, que é o tombamento.

Sendo assim, as fichas de inventário produzidas pelo Instituto Estadual do Patrimônio de Minas Gerais (IEPHA) constituem uma fonte de pesquisa notável, que ainda não foi trabalhada no campo acadêmico. Ao falar da produção deste instrumento de proteção, percebemos o interesse da instituição em estabelecer e reconhecer o laço do arquiteto com o Estado. Faz de Minas Gerais expoente de dois movimentos de enorme reconhecimento nacional: o barroco e a arquitetura moderna.

No Brasil, as condições sociais e econômicas para promover a preservação dos bens culturais só foram possíveis na segunda república, alcançando uma dimensão institucional e

coletiva. A implementação de uma política mais assertiva em torno do patrimônio foi possível graças a um anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, e finalizado por Rodrigo Melo Franco de Andrade. O resultado foi o Decreto-lei n. 25/1937 e a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual IPHAN. A instituição abarcou grandes nomes da intelectualidade modernista de Minas Gerais, como: Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Martins de Almeida, Ascânio Lopes, Milton Campos, Francisco Campos, Abdar Renault, Gustavo Capanema, Pedro Nava, Emílio Moura, Afonso Arinos Melo Franco e João Afonsos. De São Paulo: Mário de Andrade; do Rio de Janeiro: Sérgio Buarque de Holanda, Oscar Niemeyer, Candido Portinari e Lúcio Costa³.

Os modernistas vão encontrar nas instituições de tombamento, tanto em nível nacional, quanto nos Estados, canais de concretização e solidificação de suas principais ideias. A seleção dos bens a serem tombados demonstram a linha mestra do movimento. Privilegia elementos, que segundo eles, caracterizam nossa brasilidade, procurando eliminar a distância entre o passado, representado pelo barroco, e o futuro, representado pela arquitetura modernista⁴. Tal política acerca do patrimônio, se estenderia para as instituições estaduais, sendo reproduzida até os dias de hoje. Em Minas Gerais, podemos tomar como exemplo o conjunto arquitetônico da Pampulha, tombado nas três esferas: nacional, estadual e municipal.

A criação dos órgãos estaduais, em especial o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), utiliza de mecanismos que foram criados pelo SPHAN para instrumentalizar a proteção dos bens culturais, dentre eles, o inventário. Portanto, se faz importante indagar: em que medida as políticas públicas estimularam a adoção de prédios modernistas escolares como patrimônio cultural? Qual a motivação dos órgãos de proteção na salvaguarda desses edifícios? E, por fim, que identidade se busca preservar com o tombamento dessas edificações?

Como destacado, a presente pesquisa visa analisar a patrimonialização das obras modernistas projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer, por meio da produção do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC). Para realização do trabalho, como primeira estratégia, realizou-se um levantamento de fontes sobre a ideia de patrimônio cultural e os conceitos que abarcam o modernismo.

³ VELOSO, Mariza. **O Tecido do Tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan**. SciELO-Editora UnB, 2018.p.21.

⁴ GUEDES, Tarcila. **O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil: o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)**. Annablume, 2000. p. 21.

A pesquisa e os levantamentos foram realizados por consultas aos acervos disponíveis no Arquivo Público Mineiro (APM), Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH), Conselho Estadual do Patrimônio Cultural de Minas Gerais (CONEP), Fundação Municipal de Cultura (FMC). Também serão usadas como fontes jornais e revistas acessíveis na Hemeroteca Nacional, e, por fim, pesquisas on-line.

Uma vez analisados os primeiros dados coletados, percebeu-se a importância de observar as inspirações do movimento modernista acerca da proteção do patrimônio histórico em Minas Gerais. Assim, foram necessárias consultas aos inventários produzidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) - Oscar Niemeyer, produzidos no ano de 2018.

O primeiro capítulo irá abordar a trajetória do inventário no Brasil assim como a sua institucionalização. O capítulo será dividido em dois tópicos. O primeiro irá abordar todo o percurso do inventário no Brasil, seus primeiros passos até sua consolidação no IPHAN como instrumento de proteção. O segundo tópico vai tratar do inventário dentro do IEPHA-MG, até a criação do Inventário Patrimonial do Acervo Cultural de Minas Gerais.

Já no segundo capítulo, será dividido em dois tópicos, o primeiro abordará, de forma a detalhar o processo utilizado para se inventariar as obras do arquiteto Oscar Niemeyer em Minas Gerais pelo Instituto Histórico e Artístico de Minas Gerais. Será analisada por meio do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC). O segundo tópico vai analisar o inventário desde sua descentralização, aplicação e as variadas metodologias que cercam o inventário cultural.

O terceiro capítulo será apresentado o produto a ser elaborado ao fim do projeto: jogos didáticos sobre as escolas modernistas abordadas na pesquisa, que consistirá em temáticas arquitetônicas, históricas e artísticas. Os jogos serão entregues para as escolas que foram indicadas para o tombamento ao fim da elaboração do IPAC(MG) Oscar Niemeyer.

CAPÍTULO 1: INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: PERCURSOS E DESCENTRALIZAÇÃO

Este capítulo tem a intenção de tratar o percurso do inventário no país, seus desdobramentos no âmbito nacional, representado pelo IPHAN, e estadual, representado pelo IEPHA. É importante que, antes de falarmos do inventário das obras modernistas, contextualizemos o uso, as práticas e as metodologias que o instrumento nos oferece para sua aplicação. O objetivo é entender o que motivou a inventariar e a metodologia utilizada, bem como o interesse de vincular às obras.

O capítulo está dividido em três seções. Na primeira seção trataremos a trajetória do inventário no país e no IPHAN, desde seu início, assim como os programas que consolidaram o instrumento dentro da instituição. Na segunda será abordado o caminho do inventário dentro do IEPHA-MG. A terceira seção tratará da descentralização do inventário, que contribuiu para democratizar o método de salvaguarda em Minas Gerais, assim como as metodologias que o inventário nos oferece para a realização da patrimonialização no Estado.

1.1 O inventário do patrimônio cultural e seus caminhos

Os inventários são produções técnicas que têm por objetivo conhecer o patrimônio cultural a ser preservado, assim como salvaguardar os acervos que fazem parte de seus elementos integrados. Apesar de não serem padronizados, os países signatários da UNESCO procuram seguir recomendações da instituição, por meio dos seus tratados internacionais: Conferências Gerais, Convenções, Resoluções, Declarações e Cartas Patrimoniais, que promovem relatórios dos inventários nacionais relativos à proteção do patrimônio cultural com a intenção de informar o plano de ação dos Estados para a sua salvaguarda. As análises destes relatórios são feitas por reuniões periódicas, realizadas por um comitê intergovernamental, comissão criada na convenção do patrimônio mundial de 1972. O objetivo é produzir e difundir a “Lista do patrimônio mundial”, elaborar programas, eleger “novos” bens culturais e criar prêmios internacionais nos quais o inventário assume um papel notório em suas políticas de preservação⁵.

No Brasil, quando falamos na produção e sistematização dos inventários, nos remetemos diretamente àquele que é considerado o precursor do movimento modernista no país, o poeta e

⁵ SIMÃO, Lucieni. Certificando culturas: inventário e registro do patrimônio imaterial. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 7, n. 18, 2005.

escritor, Mário de Andrade. A ideia de inventariar os bens culturais foi descrita em seu anteprojeto, que, à época, serviu de base metodológica para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)⁶.

No início do século XX, no ano de 1919, Mário de Andrade iniciou, em Minas Gerais, uma série de viagens com o objetivo de buscar, em um primeiro momento, as origens artísticas brasileiras. Nessa viagem, em seu levantamento, o poeta priorizou a arte sacra barroca, assim como a arquitetura colonial. A viagem resultou na publicação do artigo intitulado: “A arte religiosa do Brasil”. Neste ensaio, Mário de Andrade esboçou o que para ele significava a arte genuína brasileira, apontando os três grandes centros arquitetônicos coloniais, localizados na Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O destaque especial caiu sobre este último, com maior evidência na cidade de Ouro Preto, onde o poeta se deparou com as obras de Aleijadinho, sendo o barroco, para Mário de Andrade, o berço da arte nacional. Essa perspectiva “andradiana” se tornou um marco para o movimento modernista, que culminou em dois grandes momentos: a Semana de Arte Moderna de 1922, e a viagem dos modernistas, em abril de 1924, aos centros históricos coloniais mineiros⁷.

Ao buscarem revelar a brasilidade que caracterizava a nação, ideologia que acompanhava os integrantes do movimento modernista, cumpria-se, assim, um projeto político de “redescoberta” do país, que intencionava conhecer e armazenar as múltiplas culturais nacionais. Entretanto, a construção de uma “identidade nacional” só teria sentido se suas bases fossem firmadas numa relação multicultural. Sendo ela diversa, a ideia de pertencimento nacional seria afirmada numa relação de diferenciação, pressupondo que fronteiras culturais bem definidas, e utilizando, para isso, informações tanto teóricas quanto iconográficas, as quais seriam capazes de sustentar as bases ideológicas da nação⁸.

Entre os anos de 1920 e 1930, os modernistas estiveram empenhados na ideia de deslocar para conhecer o país, com a missão de registrar, coletar e salvaguardar a cultura popular em suas mais diferentes formas. A importante tarefa de catalogação e registros foi realizada por Mário de Andrade em uma segunda viagem pelo país, no ano de 1927. O roteiro

⁶ NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Inventário e patrimônio cultural no Brasil**. História, São Paulo, v. 26, p. 257-268, 2007.

⁷ NATAL, Caion Meneguello. Mário de Andrade em Minas Gerais: em busca das origens históricas e artísticas da nação. **História Social**, n. 13, p. 193-207, 2007.

⁸ SIMÃO, Lucieni. Certificando culturas: inventário e registro do patrimônio imaterial. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 7, n. 18, 2005.

teve início pelo litoral em direção ao Norte, passando pelo Rio Amazonas até o Peru, atravessando o Rio Madeira rumo à Bolívia. A viagem rendeu ao poeta inúmeras coletas de manifestações culturais, canções, provérbios e cantos, produzindo um material de 500 fotografias, além de vastas anotações⁹.

No ano seguinte, em 1928, Andrade realizou sua terceira viagem. Desta vez, começou pelo Nordeste. A expedição durou um ano, até novembro de 1929. Tal viagem constituiu um marco na vida do literato, afirmando-o, também, como um grande pesquisador da cultura nacional, e permitindo-lhe propor a diversidade das tipificações culturais, fruto da identidade modernista da qual fazia parte¹⁰.

As viagens realizadas por Mário de Andrade pelo Brasil foram preponderantes para a formação de sua ideia sobre o patrimônio cultural nacional. Apesar de não mencionar o termo inventário, é possível observar a sua preocupação documental em relação à salvaguarda do bem patrimonial, uma vez que o escritor elaborou, inclusive, diretrizes para amparar o processo de tombamento.

Cada obra a ser tombada era sua proposta feita pela Comissão Regional competente acompanhada dos seguintes requisitos:

1. Fotografia, ou várias fotografias;
2. Explicação dos caracteres gerais da obra, tamanho, condições de conservação etc.
3. Quando possível, nome de autor e biografia deste;
4. Datas;
5. Justificação de seu valor arqueológico, etnográfico ou histórico no caso de pertencerem a uma destas categorias;
6. No caso de ser obra folclórica, a sua reprodução cientificamente exata (quadrinhas, provérbios, receitas culinárias etc.);
7. No caso de ser obra musical folclórica, acompanhará a proposta de uma descrição geral de como é executada; se possível a reprodução da música por meios manuscritos; de descrição das danças e instrumentos que a acompanham; datas em que estas cerimônias se realizam para a Chefia do Tombamento, de concerto com o Museu Etnográfico e Etnológico mandar discar ou filmar a obra designada;
8. No caso de ser arte aplicada popular também deverá propor-se a filmagem científica da sua manufatura (fabricação de rendas, de cuias, de redes, etc.)¹¹.

A preocupação do modernista com os registros das manifestações culturais advém de sua ampla percepção da cultura nacional. Em seus vários projetos, Mário de Andrade, ao assumir a Secretária Pública de São Paulo, investiu na criação de uma brinquedoteca, organizando cursos de capacitação para realização de registros. Para tanto, convidou Dina Lévi-

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ ANDRADE, Mário de. Anteprojeto de criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. **Cartas de Trabalho: correspondência com Rodrigo M. F. de Andrade**, 1936-1945. Brasília: SPHAN/FNPM, 1981.

Strauss, famosa etnóloga, antropóloga e socióloga francesa que também realizava pesquisas na América do Sul, para ministrar aulas de pesquisa em campo¹², além de dotar a secretaria de infraestruturas, como: “equipamentos necessários para gravação em áudio e vídeo das manifestações da cultura popular no Nordeste do Brasil”¹³. Toda essa atenção e investimentos, vai colocar “o inventário no centro de sua prática, legitimando-o como instrumento de preservação em si mesmo e não apenas como uma ferramenta de gestão para bens tombados”¹⁴.

Como vimos, o inventário está no cerne da criação institucional da salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Se hoje contamos com mecanismos variados de proteção dos bens culturais, como a valorização do patrimônio natural e imaterial, é porque, em sua origem, Mário de Andrade já apontava a noção de um patrimônio plural que abraçava a vasta manifestação cultural do povo brasileiro¹⁵.

A partir do fim da década de 1930, mais precisamente em 1939, a diretoria do órgão já apontava para a importância de sistematizar a utilização do inventário antes de se fazer o uso do instrumento de proteção, o tombamento. Para Melo Franco de Andrade: “(...) torna-se necessário proceder pelo país inteiro a um inventário metódico dos bens que pareçam estar nas condições estabelecidas para o tombamento e, em seguida, realizar os estudos requeridos para deliberar sobre a respectiva inscrição”¹⁶.

No ano de 1949, estando então intitulado Departamento Histórico Artístico Nacional (DPHAN) e encabeçado por Lúcio Costa, o órgão passou a defender a produção mais criteriosa dos inventários, sugerindo até a paralisação dos serviços por três anos. Mais tarde, entre os anos de 1950 e 1960, houve um intenso debate promovido por Aloísio Magalhães acerca da metodologia dos inventários. O objetivo era levantar todos os bens culturais passíveis para o tombamento¹⁷. No entanto, somente na década de 1970, devido à descentralização das políticas públicas envolvendo o patrimônio cultural, é que o inventário passou a ser feito de forma mais estruturada. Configurou-se, então, um inventário de conhecimento¹⁸.

¹² SIMÃO, Lucieni. Certificando culturas: inventário e registro do patrimônio imaterial. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 7, n. 18, 2005.

¹³ NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Por um Inventário dos Sentidos. Mário de Andrade e a concepção de Inventário**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História. PUC-SP, 2002, p.259

¹⁴ Id.,

¹⁵ NATAL, Caion Meneguello. Mário de Andrade em Minas Gerais: em busca das origens históricas e artísticas da nação. **História Social**, n. 13, p. 193-207, 2007.

¹⁶ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro, MinC / SPHAN / Pró-Memória, 1987, p. 51-52.

¹⁷ DE APLICAÇÃO, Manual. Inventário Nacional de Referências Culturais.

¹⁸ OLENDER, Marcos. Uma “medicina doce do patrimônio”: o inventário como instrumento de proteção do patrimônio cultural - limites e problematizações. **Arquitextos**, São Paulo, ano 11, n124, p. 01-11, 2010.

No ano de 1971 foi realizado em Brasília, o “1º Encontro dos Governadores, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais”¹⁹. O encontro resultou na elaboração do documento, Compromisso de Brasília, em que ficou estabelecida a criação de órgãos estaduais e municipais de proteção, dividindo a responsabilidade das ações envolvendo a salvaguarda do patrimônio cultural nacional²⁰. Após a descentralização, a produção do inventário tornou-se sistêmica²¹.

Nesse período, no ano de 1975, foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural, o CNRC, cujo objetivo era elaborar “o traçado de um sistema referencial básico para a descrição e análise de dinâmica cultural brasileira”²², assim como o de elaborar planos para a salvaguarda dos bens que, com o crescimento econômico desenfreado imposto pelos militares, sofressem algum tipo de depreciação²³. Outro objetivo do instituto era elaborar levantamentos e registros acerca das práticas pré-industriais, no qual se julgavam as manifestações culturais que estivessem prestes a desaparecer²⁴.

O órgão voltou-se para o período inicial do IPHAN, analisando o patrimônio como uma unidade, e traçou como matriz principal a preservação da identidade nacional. Em julho de 1975, as atividades do CNRC tiveram início, sendo que sua homologação oficial ocorreu somente no mês de agosto²⁵.

O CNRC foi elaborado em quatro esferas: Ciências Humanas, Ciências Exatas, Documentação e Artes e Literatura. Durante sua existência, sofreu uma reestruturação no sistema metodológico, redefinindo os campos de ação, que passaram a ser divididos em: Levantamentos Socioculturais, Histórico da Tecnologia e das Ciências no Brasil e Levantamentos de Documentação sobre o Brasil. Durante os quatro anos de funcionamento, o órgão elaborou 27 projetos, todos eles orientados por Aloísio Magalhães, que tinha como objetivo adaptar os projetos na realidade e cultura local²⁶.

¹⁹ PEREIRA, Ana Carolina. **Ações de educação patrimonial realizadas pelo IEPHA-MG: entre os anos de 2005 a 2010**. Viçosa, 2017, p. 53.

²⁰ [HTTP://PORTAL.IPHAN.GOV.BR](http://portal.iphan.gov.br). **1º Encontro dos Governadores, Prefeitos de Municípios Interessados, Presidentes e Representantes de Instituições Culturais**. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2023.

²¹ OLENDER, Marcos. Uma “medicina doce do patrimônio”: o inventário como instrumento de proteção do patrimônio cultural - limites e problematizações. **Arquitextos**, São Paulo, ano 11, n.124, p. 01-011, 2010.

²² FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997, p. 295.

²³ Id.,

²⁴ SANTOS, Janaina Antunes dos. O Programa Monumenta e os principais programas de preservação antecedentes. **Arq. Urb**, n. 34, p. 45-53, 2022.

²⁵ Id.

²⁶ Op. cit.

No ano de 1979, o CNRC funde-se ao IPHAN, dando origem à Fundação Nacional Pró-memória. Com isso, o IPHAN torna-se uma secretaria vinculada ao Ministério da Educação e Cultura²⁷, da qual Aloísio Magalhães²⁸ foi o coordenador geral do CNRC e o Diretor Geral do IPHAN. Pode-se, assim, concluir a fusão dos dois órgãos, e retomar nos anos 1980, o projeto desenvolvido inicialmente por Mário de Andrade²⁹.

O CNRC, apesar de ter durado apenas quatro anos, contribuiu para construir e agregar novos elementos e conceitos para a construção do patrimônio cultural, pois alimentou o IPHAN com um considerável número de fotos, desenhos das edificações, mapas, plantas cadastrais e referências bibliográficas e documentais. Apesar da contribuição, o inventário na década de 1970 não obteve um grande desenvolvimento. Em sua maioria, foi produzido pelas regionais do órgão, com o foco voltado para a arquitetura colonial, assim se constituindo um inventário muito mais de varredura do que para salvaguarda e conhecimento³⁰.

Na década de 1980, a aplicação e o desenvolvimento do inventário tomaram força. Com a criação, em 1986, da Coordenadoria de Registro e Documentação (CRD), novas metodologias foram elaboradas. De forma inédita, se projetou um inventário padronizado nacionalmente, que visava à gestão do bem cultural no país. A criação de instrumentos, como: Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI), para conhecimento e controle do tráfico ilícito de bens

²⁷ CLEROT, Pedro Gustavo Morgado. **Referência Cultural: uma retórica da descoberta nas políticas de patrimônio cultural**. Estado: Rio de Janeiro, Editora: Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, 2019

²⁸ Aloísio Magalhães (1927-1982) foi um importante artista plástico, designer e ativista cultural brasileiro. Foi uma das mais importantes figuras do *design* gráfico do país. Formou-se em direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1950. Nessa época, participou do Teatro do Estudante de Pernambuco (TEP), onde exerceu as funções de cenógrafo e figurinista, além de ser responsável pelo teatro de bonecos. Com bolsa do governo francês, estudou museologia em Paris, entre 1951 e 1953, e frequentou o Atelier 17, um centro de divulgação de técnicas de gravura, onde foi aluno do gravador Stanley William Hayter (1901-1988). Voltou ao Brasil em 1953. Em 1956, com bolsa concedida pelo governo americano, viajou aos Estados Unidos, onde se dedicou às artes gráficas e à programação visual. Publicou, com Eugene Feldman, os livros *Doorway to Portuguese* e *Doorway to Brasília*, e lecionou na Philadelphia Museum School of Art. Em 1960, voltou ao Brasil e abriu um escritório voltado à comunicação visual, campo no qual é um dos pioneiros no país, realizando projetos para empresas e órgãos públicos. Em 1963, colaborou na criação da Escola Superior de Desenho Industrial (Esdi), onde lecionou comunicação visual. Em 1964, criou o símbolo do 4º Centenário do Rio de Janeiro, seu primeiro trabalho de grande repercussão pública e, no ano seguinte, desenhou o símbolo para a Fundação Bienal de São Paulo. A partir de 1966 desenvolveu desenhos para notas e moedas brasileiras. Em 1979, foi nomeado diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e, no ano seguinte, presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, quando iniciou uma campanha pela preservação do patrimônio histórico brasileiro. Em sua homenagem, a Galeria Metropolitana de Arte do Recife passou a denominar-se Galeria Metropolitana de Arte Aloísio Magalhães, em 1982. Em 1997, o nome da instituição foi alterado para Museu de Arte Moderna Aloísio Magalhães (Mamam).

²⁹ DOS SANTOS, Janaina Antunes. O Programa Monumenta e os principais programas de preservação antecedentes. **Arq. Urb.**, n. 34, p. 45-53, 2022.

³⁰ CHUVA, Márcia. A pesquisa no IPHAN: conhecimento, legitimidade e ação política. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Pesquisa). ISBN 978-85-7334-279-6.

culturais, e o Inventário Nacional de Bens Imóveis (INBI-SU) foram metodologias muito utilizadas pelo órgão, auxiliando na administração de proteção da cidade tombada. No início dos anos 1990, criou-se o Departamento de Identificação e Documentação (DID) em substituição ao CRD. A partir de então, os sistemas passaram a ser informatizados, sendo produzida a tabulação de dados simultaneamente ao trabalho em campo nos centros históricos³¹.

Todavia, tal processo de informatização não obteve grande avanço dentro da instituição. O motivo apontado seria a falta de investimentos no campo tecnológico, obrigando o órgão terceirizar seus serviços, juntando-se a isso, o fato de que, a cada mudança ocorrida no executivo federal, e conseqüentemente mudanças no orçamento, a alternância não permitia a continuidade dos trabalhos. Porém, existem projetos que lograram êxito e possibilitaram o abastecimento do banco de dados da instituição, fornecendo subsídios para a formação de arquivos e auxiliando o IPHAN até os dias de hoje, sendo o INRC, Inventário Nacional de Referências Culturais, criado no ano de 2000, o programa de maior destaque³².

O método realizado pelo INRC foi elaborado da seguinte forma: dividido em quatro categorias – saberes, celebrações, expressão e lugares. Com o avanço e a implementação dos registros envolvendo as manifestações culturais imateriais, foram criados, em 4 de agosto do ano 2000, os registros de bens culturais de natureza imaterial pelo decreto nº 3.551³³, sendo na ocasião lançado o Programa Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial (PNPI)³⁴. Segundo o *site* da instituição, a metodologia realizada em relação ao INRC se define:

(...) em função das referências presentes em um determinado território. Tais áreas podem ser reconhecidas em diferentes escalas, podendo ser corresponder a uma vila, um bairro, uma zona ou mancha urbana, uma região geográfica culturalmente diferenciada ou a um conjunto de segmentos territoriais. Os projetos do INRC são distribuídos por regiões do País e pelas Superintendências Estaduais do Iphan, sendo classificados como realizados e em andamento³⁵.

O INRC, além de abastecer o IPHAN com informações acerca do bem cultural, também possui a função social de preservar o patrimônio cultural realimentando as políticas de patrimônio. Para isso, elabora uma metodologia que desenvolve amplo e constante

³¹Id.

³²MOTTA, Lia *et al.* Inventário. **Dicionário Iphan de patrimônio cultural**, v. 2, p. 1-39, 2016.

³³MANUAL DE APLICAÇÃO. **Inventário Nacional de Referências Culturais**, 2000.

³⁴Op. cit.

³⁵[HTTP://PORTAL.IPHAN.GOV.BR/](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/421). **Inventários de bens culturais**. 2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/421>. Acesso em: 2 nov. 2023.

levantamento, constituída de três etapas: 1- levantamento preliminar, 2- identificação, 3 - documentação. Inicialmente, elas são apresentadas de forma sucinta, oferecendo ao leitor a ideia de conjunto do trabalho; em um segundo momento, de forma mais aprofundada, apresentam a relevância de cada um dos instrumentos³⁶.

Para a elaboração do INRC, o envolvimento da sociedade representou grande avanço na preservação do patrimônio cultural, que passou a respeitar as características de cada localidade. Tal ação passou a reverenciar a ideia de que a seleção do bem cultural deve partir não somente da burocracia estatal, mas, sim, da comunidade, que apresenta ao técnico o que no município representa enquanto agente histórico e social, incluindo, assim, a comunidade na construção de sua memória³⁷.

O plano do IPHAN, em seu manual, nos aponta para um problema atual, principalmente em Minas Gerais: as equipes técnicas para o planejamento e coordenação dos trabalhos a serem feitos no campo do inventário constantemente sofrem mudanças, ameaçando a continuidade de cada projeto. Isso nos sinaliza que, para o bom andamento do programa, se faz importante uma equipe técnica ampla e permanente, composta por: ciências sociais (particularmente antropologia), história, arqueologia, letras, museologia, arquitetura e geografia³⁸.

O relatório do IRNC apresenta a metodologia de como devem ser feitos os procedimentos para o desenvolvimento dos trabalhos na produção de fichas, entrevistas, questionários e banco de dados, assim como critérios para o levantamento preliminar³⁹. A metodologia elaborada pelos técnicos do IPHAN, que aproximou o IRNC das comunidades, resultou, mais tarde – mais precisamente no ano de 2016 – no Manual de aplicação “Educação Patrimonial: Inventários Participativos”⁴⁰.

O inventário participativo tem por objetivo dar autonomia para as comunidades no levantamento, identificação e documentação do seu patrimônio cultural. Porém, não foi regulamentado por lei federal. Ou seja, não tem valor legal, como o tombamento, registro e inventário nacional. O seu valor está no campo pedagógico, procurando atingir, em maior parte, o ambiente escolar, mas não se fechando a outros públicos, como as comunidades quilombolas

³⁶IPHAN **Inventários de bens culturais**. Ano. 2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/421>. Acesso em: 2 nov. 2023.

³⁷MOTTA, Lia *et al.* **Inventário. Dicionário Iphan de patrimônio cultural**, v. 2, p. 1-39, 2016.

³⁸MANUAL DE APLICAÇÃO. **Inventário Nacional de Referências Culturais**. 2000.

³⁹Id.

⁴⁰SILVA, Emanuely Mylena Velozo. A importância do inventário participativo na preservação do patrimônio cultural. **Revista Discente Oficinas de Clio**, v. 5, n. 8, p. 204-204, 2020.

e indígenas. Ele é, portanto, um instrumento educativo na área do patrimônio cultural⁴¹.

O inventário participativo passa a ser um mediador entre a sociedade civil e os administradores do patrimônio cultural. São as comunidades que vão definir e descrever como o bem cultural as afetam, participando, desse modo, da salvaguarda dos bens culturais que entendem como símbolo da localidade. Desse modo, a instituição visa promover a cidadania e participação social, fazendo difusão para as futuras gerações. Portanto:

O papel dos Inventários Participativos é de registrar esse patrimônio cultural, e mais importante que isso é que, autoria, inicialmente, é da própria sociedade. A democratização das ações e dos saberes é uma semente que sempre precisará ser regada, pois a identidade cultural de um coletivo necessita ser estudada, pesquisada, identificada e registrada, para que não desapareçam e sejam discutidas e lembradas ao longo da História⁴².

O IPHAN já realizou vários projetos pelo país por meio do programa de inventário INRC. A título de exemplo, temos: Identificação de Bens Culturais Imateriais nos Estados; Identificação de Bens Culturais Imateriais de Abrangência Regional; Mapeamentos Documentais nos Estados; e Inventários Nacionais de Diversidade Linguística (INDL). Atualmente, o órgão trabalha nos seguintes programas de inventários: Minas Gerais – Inventário dos Quilombos da Serra do Cipó; São Paulo – INRC das Congadas em São Paulo; Santa Catarina - Mapeamento das Casas de Religião de Matriz Africana na Grande Florianópolis⁴³.

A elaboração do inventário é tomada pela maioria dos gestores do patrimônio como um levantamento de campo. Possui variadas formas metodológicas, podendo sua condução ser feita de diferentes maneiras e adotando diversos conceitos. Um deles seria o inventário empírico, que se baseia na identificação material de bens remanescentes. Dele resulta a catalogação do desenvolvimento social e cultural⁴⁴.

Esse modelo foi predominante e preteritamente utilizado no Brasil. Sua metodologia se dava sob aspectos da visão particular do observador, sem uma pesquisa prévia do objeto. Outro modelo a ser utilizado era o inventário operacional. Suas bases estão fincadas em uma vasta pesquisa prévia e metódica das expressões culturais dos agentes históricos e de suas

⁴¹ Id.

⁴²SILVA, Emanuely Mylena Velozo. A importância do inventário participativo na preservação do patrimônio cultural. **Revista Discente Ofícios de Clio**, v. 5, n. 8, p. 204-204, 2020.

⁴³[HTTP://PORTAL.IPHAN.GOV.BR/](http://portal.iphan.gov.br/). **Inventários de bens culturais**. Ano: 2023 Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/421>. Acesso em: 2 nov. 2023.

⁴⁴ARANTES, ANTONIO A. Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaio de antropologia pública. **Anuário Antropológico**, v. 33, n. 1, p. 173-222, 2008.

comunidades, priorizando a dinâmica histórica, referenciando memórias e os sentidos sociais. Desse modo, esse modelo busca o significado contemporâneo dos objetos inventariados, promovendo possibilidades de reaproximação e reinvenção na dinâmica cultural⁴⁵.

Atualmente, utiliza-se, na maioria das vezes, o inventário somente na fase de identificação dos bens culturais a serem selecionados para uma futura proteção do poder público, a partir de critérios preestabelecidos. Logo, geralmente são utilizados como referência na abertura de processos de tombamentos ou registros, embora sua função na gestão do patrimônio cultural não tem sido referência na orientação a intervenções urbanas e obras públicas⁴⁶.

Assim, desde as bases lançadas por Mário de Andrade até os dias atuais, podemos observar as modificações metodológicas ocorridas no IPHAN em relação aos inventários. É perceptível o significativo processo de evolução na pesquisa, levantamento de dados, informação e armazenamento. E o principal: a promoção ocorrida entre a população das comunidades e a valorização do patrimônio cultural, agregando em seu instrumento de preservação não somente a estética, mas a diversidade almejada desde Mário de Andrade⁴⁷.

A ideia de sistematização contínua, que antes encontrava dificuldades pela falta de tecnologia, hoje em dia, configura-se em um ambiente propício para a implementação. Porém, não é algo fácil. Existem contratempos governamentais, como falta de verbas e concursos públicos, conforme dito anteriormente. Os governos eleitos, muitas vezes, não estão alinhados com o desenvolvimento do patrimônio cultural⁴⁸. Além da crescente burocratização, e, em certa medida, a inércia de novas metodologias⁴⁹.

Entretanto, vivemos um momento único, em que há abertura governamental, na esfera federal às demandas de salvaguarda do patrimônio. São alternativas, como o compartilhamento de informações para a modernização dos bancos de dados, plataforma digital, *sites* e publicações digitais. Tais ações visam solidificar e ampliar o conhecimento da população acerca do patrimônio, assim como as ações realizadas para proteção, consolidando o trabalho dos inventários e sua função social, as quais contribuem para a democratização e seleção do bem

⁴⁵ARANTES, Antonio A. Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaio de antropologia pública. **Anuário Antropológico**, v. 33, n. 1, p. 173-222, 2008.

⁴⁶SIMÃO, Lucieni. Certificando culturas: inventário e registro do patrimônio imaterial. **Mneme-Revista de Humanidades**, v. 7, n. 18, 2005.

⁴⁷Id.

⁴⁸Op. cit.

⁴⁹RODRIGUES, Marly. Inventário de bens culturais: conhecer e compreender. **Revista CPC**, p. 31-48, 2016.

cultural nacional⁵⁰.

É cada vez mais comum, agentes do patrimônio serem contratados para atender demandas solicitadas pelo poder público, tanto na esfera federal, quanto nas estaduais e municipais, pelos editais elaborados pelos órgãos de preservação. Essas demandas mercadológicas, os chamados “empreendimentos de memória e patrimônio”, culminaram em uma quantidade significativa de pesquisas de campo, mas, sem critérios e pouco consistentes⁵¹. O objetivo é atender às demandas dos municípios que vislumbram verbas para as prefeituras.

A flexibilidade envolvendo a produção do inventário é positiva. Democratiza o sistema e amplia a participação popular na proteção do bem cultural. Porém, é necessário alertar sobre a escolha dos bens a serem inventariados, pois trata-se de um campo de luta, interesses e valores que serão revelados ou vetados. O patrimônio cultural é, ainda, um fato social e heterogêneo, em que se revelam vários significados de âmbito simbólico, político e econômico. Por isso, tanto a sociedade, quanto os técnicos e agentes do patrimônio, precisam ficar atentos com os conglomerados de empresas turísticas a respeito do interesse que elas buscam com o patrimônio⁵².

Na esfera pública do patrimônio se faz necessária a mediação de visões e interesses de mundos conflitantes. Mesmo com os programas descentralizadores do inventário e sua produção, assim como a difusão perante a comunidade lograr êxito, este é um problema com o qual o inventário terá de enfrentar. Neles estão os processos iniciais de salvaguarda do bem cultural, no qual as manifestações culturais serão definidas para possíveis proteção e benefícios de políticas públicas em detrimento de outras⁵³.

Assim como o INRC, o Estado de Minas Gerais elaborou um programa amplo de inventários, que se juntou com vários outros. O objetivo é democratizar a preservação pública do bem cultural, dividindo com os municípios a responsabilidade. Se no plano nacional temos INRC, em Minas Gerais temos o Inventário Participativo Cultural, o IPAC-MG, que foi implantado com a mesma intenção: descentralizar a produção do inventário⁵⁴, democratizando a elaboração, e dando ao instrumento uma dimensão política. Para isso, foram utilizados mecanismos estatais para a promoção da salvaguarda do bem cultural no estado mineiro, como,

⁵⁰ Id.

⁵¹ ARANTES, Aantonio A. Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaio de antropologia pública. *Anuário Antropológico*, v. 33, n. 1, p. 173-222, 2008.

⁵² Id.

⁵³ Op. cit.

⁵⁴ ARANTES, Aantonio A. Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaio de antropologia pública. *Anuário Antropológico*, v. 33, n. 1, p. 173-222, 2008.

por exemplo, a implantação do ICMS cultural.

A implementação, assim como as mudanças metodológicas nas fichas e nas pesquisas, e o percurso do IPAC-MG, dentro da instituição, estão ligadas com a trajetória do inventário dentro do IPHAN, fazendo o órgão de preservação de Minas Gerais desenvolver seu método próprio de difusão e democratização na salvaguarda do bem envolvendo o inventário.

1.2 IPAC/MG -Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais- Oscar Niemeyer: o caminho dentro da instituição.

No ano de 1971 foi criado em Minas Gerais o órgão de proteção Instituto Estadual de Proteção Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA). Em 1984, ele foi o responsável por elaborar e aplicar o Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais – IPAC, com a intenção de conhecer o acervo cultural do Estado, adequando-se às suas necessidades. A iniciativa foi caracterizada “(...) como uma operação permanente, dinâmica e sistemática, visando ao registro de manifestações humanas, em suas diferentes criações espontâneas e formais e de potencialidades naturais”⁵⁵.

No entanto, as primeiras fichas elaboradas pela instituição visavam aos elementos edificadas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Deste trabalho realizado, apenas o inventário de Santa Luiza foi publicado, tornando-se futuramente a base para a proteção do núcleo histórico da cidade. Ao se esgotarem os recursos para o desenvolvimento do programa de inventário, o órgão continua o projeto por meio de parcerias e convênios com as prefeituras⁵⁶.

As elaborações dos inventários foram feitas por meio de fichas específicas relacionadas aos temas: informe histórico, festas e folclore, artesanato, arquitetura e urbanismo, sítios arqueológicos e espeleológicos. As primeiras fichas eram compostas por:

As fichas técnicas referentes aos bens culturais continham um cabeçalho de identificação padrão com designação, microrregião, nome do município, distrito, propriedade e localização. Para a identificação do bem inventariado apresentavam apenas o item “caracterização” destinado às informações históricas e descritivas sobre

⁵⁵SOARES, Ruth Villamarim. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural**. IEPHA/MG, 1995. Disponível em: <http://proteuseducacaopatrimonial.blogspot.com/2015/10/inventario-do-acervo-cultural-de-minas.html>. Acesso em: 11 out. 2022.

⁵⁶ Id.

o acervo inventariado. Outro item denominado “proteção” destinava a identificar a possível existência de alguma proteção ao bem.⁵⁷

Entre os anos de 1980 e 1990, foram realizados os inventários de Itabira, Montes Claros, Uberaba, Barão de Cocais e Rio Pomba. O de Itabira foi o único publicado, vindo a servir como auxílio para o tombamento de seu centro histórico⁵⁸. Ao buscarmos na memória daqueles que trabalharam na elaboração dos anos iniciais do inventário, observamos que, em 1984, a participação da comunidade não era o foco. O levantamento dos bens a serem inventariados foi feito por técnicos da instituição sem consultar a população ou agentes culturais municipais.

Tal condição mudaria a partir da Constituição de 1988. A nova Constituição deixa a ação do inventário mais ampla, tornando-o parte do processo de proteção. O artigo 216, *caput* V, parágrafo 1º, define o inventário como: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”⁵⁹.

Apesar de contemplado na Constituição Federal de 1988, o inventário não possui uma lei que o regulamenta. Entretanto, essa questão não impede que os Estados e municípios editem leis a respeito do assunto. No tocante a sua produção, o inventário contou com a criação, no ano de 1995, por meio da Lei Estadual nº 12.040/95, do ICMS Cultural⁶⁰. No exercício do ano de 1996, aderiram ao programa do ICMS Patrimônio Cultural 106 municípios. A partir de então, o número de adesão ao programa foi aumentando consideravelmente, chegando a contar com a participação de 392 municípios no ano de 2005⁶¹.

Com isso, o IEPHA começa a incentivar os municípios, com orientação da instituição,

⁵⁷RANGEL, Carlos. Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais. PROTEUS EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, 2015. Disponível em: <https://proteuseducacaopatrimonial.blogspot.com/2015/09/inventario-de-protecao-do-acervo.html>. Acesso em: 26 ago. 2023.

⁵⁸SOARES, Ruth Villamarim. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural**. IEPHA/MG, 1995. Disponível em: <http://proteuseducacaopatrimonial.blogspot.com/2015/10/inventario-do-acervo-cultural-de-minas.html>. Acesso em: 11 out. 2022.

⁵⁹BRASIL. [Constituição de 1988]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 26 ago. 2023.

⁶⁰O ICMS cultural tem como objetivo pontuar os municípios que, mediante o envio de documentação exigida pelo órgão, por meio de deliberações normativas emitidas pelo IEPHA-MG, podem receber verba estadual para a preservação do bem local. O valor da verba está condicionado ao número de pontuação que o município obtém, conforme a análise do técnico responsável. A documentação é enviada em pastas e é dividida por quadros. No caso do inventário, que é o que nos interessa, está localizado no quadro QIII.

⁶¹SILVA, Paulo Sérgio da. O registro do patrimônio cultural imaterial e o inventário de bens culturais: as práticas do IPHAN e do IEPHA/MG. **Simpósio Nacional de História**, v. 27, p. 1-17, 2013.

a realizarem seus inventários, dando origem em 2002⁶², para o exercício de 2003, ao plano de inventário municipal. O município, para fazer jus ao recebimento de recursos para a preservação do bem cultural, deveria elaborar o IPAC, e apresentar anualmente à instituição, os resultados das ações envolvendo o inventário. A implementação de tal ação é de responsabilidade do município, tanto sua execução, quanto sua comprovação, cabendo também à administração municipal a difusão do inventário, assim como sua atualização anual⁶³.

Em 2013, dos 853 municípios mineiros, 689 entregaram ao IEPHA a documentação exigida para a avaliação pela instituição do ICMS cultural. Deste total entregue, 545 realizaram ações envolvendo o inventário, sendo 144 o número daqueles que não enviaram. Ao analisarmos a pontuação do ICMS daquele ano, notamos que 435 pontuaram em atividades relacionadas ao IPAC e 114 foram considerados que as atividades referentes ao inventário não agiram em conformidade com as diretrizes apontadas pelo IEPHA, tendo, portanto, que serem corrigidas para o próximo exercício⁶⁴.

Os municípios que realizaram as ações envolvendo o IPAC para efeito de pontuação, deveriam dar publicidade ao inventário, estimulando, assim, a participação da sociedade. A adesão ao programa atingiu números significativos, sendo que 62% dos municípios mineiros elaboraram atividades ligadas ao inventário, desenvolvendo e aplicando-os. Em relação aos municípios que realizaram as ações aderindo à metodologia proposta pelo IEPHA, estes somam-se 535, representando percentualmente 83%⁶⁵.

Esse cenário nos mostra um ponto positivo da descentralização envolvendo a salvaguarda do patrimônio cultural, revelando o objetivo assumido pelo órgão de estimular os municípios a produzirem seus inventários, auxiliando-os, assim, na manutenção do bem cultural. Porém, nota-se uma problemática. Com o objetivo de pontuar e conseguir retorno econômico, corre-se o risco de que o município passe a inventariar visando possíveis ganhos com o turismo, edificações ou manifestações culturais nas quais não se identifica⁶⁶.

Tal demanda fez com que o órgão elaborasse, no ano de 2008, o Plano Estadual de

⁶² CARSALADE, Flávio Lemos; BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; STARLING, Mônica Barros de Lima. A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 16, n. 25, p. 133-179, 2019.

⁶³ Op. cit.

⁶⁴ Id.

⁶⁵ SILVA, Paulo Sérgio da. O registro do patrimônio cultural imaterial e o inventário de bens culturais: as práticas do IPHAN e do IEPHA/MG. **simpósio nacional de História**, v. 27, p. 1-17, 2013.

⁶⁶ BOTELHO, Tarcísio R. Patrimônio Cultural e Gestão das Cidades: uma análise da lei do ICMS cultural de Minas Gerais. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 471-492, 2006.

Inventário, baseando-se em duas vertentes: o inventário temático e o regional. No mesmo ano foi criada a portaria 28/2008, que instituiu o Programa de Apoio à Identificação e Restituição de Bens Culturais Desaparecidos. Logo após, foi elaborada a portaria 29/2008, que dá origem ao Inventário de Proteção do Acervo Cultural do Estado de Minas Gerais – IPAC/MG. Esta nos aponta que:

Art. 1º O Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais – IPAC-MG – insere-se no contexto das medidas administrativas de proteção ao patrimônio cultural, e corresponde à atividade sistemática e permanente de pesquisa, identificação e documentação, desenvolvida conforme planejamento estabelecido pela Diretoria de Proteção e Memória do IEPHA/MG, visando ao cadastramento de bens culturais.

Art. 2º A execução do IPAC-MG no âmbito do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais – IEPHA/MG – observará as normas estabelecidas nesta portaria.

Art. 3º O IPAC-MG tem por finalidades:

- I – Identificar o patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais, observando a diversidade cultural existente em todo o território do Estado.
- II – Promover o acesso ao conhecimento e à fruição do patrimônio cultural mineiro;
- III – fornecer suporte a ações administrativas e legais de competência do poder público na área do patrimônio cultural;
- IV – Estabelecer, quando necessário, diretrizes de proteção e conservação relativas aos bens culturais inventariados;
- V – Subsidiar ações de educação patrimonial;
- VI – Inibir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;
- VII – Possibilitar a localização de bens culturais de interesse de preservação para fins de licenciamento;
- VIII – Fornece suporte às ações de identificação e restituição de bens culturais desaparecidos;
- IX – Dar suporte à gestão e manejo do território;
- X – Mobilizar e apoiar a sociedade civil na salvaguarda do patrimônio cultural⁶⁷.

A partir de então, novas diretrizes e deliberações normativas são elaboradas pela instituição, juntamente com os municípios, com o objetivo de formular novas questões envolvendo o inventário. No ano de 2012, uma nova deliberação foi elaborada pela instituição, e aprovada pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP), entrando em vigor no ano de 2013, a qual contemplou o inventário com a seguinte metodologia:

(...) objetivos, descrição e justificativas sobre as categorias dos bens culturais a serem inventariados, os critérios de identificação dos bens culturais locais, que contemple todo o território do município. Neste plano de inventário é necessário que se indique, se houver: a) patrimônio rural (modos de fazer, saberes e celebrações, arquitetura de fazendas e anexos funcionais, conjuntos paisagísticos etc.); b) patrimônio ferroviário (caminhos, estações ferroviárias, áreas de manutenção e entreposto, caixas d'água etc.); c) patrimônio hospitalar (santas casas, casas de saúde de tratamento da saúde

⁶⁷IEPHA/MG. **Portaria** IEPHA/MG ,n.º 29/2008. Disponível em: http://www.iepha.mg.gov.br/images/Legisla%C3%A7%C3%A3o/PORTARIA_29_2008.pdf. Acesso em: 11 out. 2022.

mental, hanseníase e tuberculose etc.); d) patrimônio industrial (incluindo atividades de siderurgia, fabricação; têxtil etc.); e) patrimônio da mineração e de atividades siderúrgicas; f) pequenas usinas hidrelétricas; g) patrimônio das escolas; h) patrimônio religioso e espaços do sagrado; i) espaços de cultura, incluindo cinema, dança, fotografia, artes plásticas, teatro e outras expressões; j) lugares de comércio (mercados, feiras etc.); k) lugares de vivência da população ribeirinha; portos, embarcações, fazeres relacionados à pesca etc.; l) mitos e lendas; m) celebrações; n) modos de fazer; o) saberes e ofícios e p) áreas de implantação de empreendimentos para fins de licenciamento ambiental, incluindo a área diretamente afetada, área de influência direta e área de influência indireta⁶⁸.

Em 2016, a Diretoria de Promoção da instituição, em nota técnica emitida pelo órgão, divulgou sua definição sobre o inventário:

O inventário constitui-se primeiramente como o principal instrumento para conhecimento e reconhecimento por parte das políticas públicas do mérito de um bem cultural como representação da memória coletiva, da diversidade das atividades e dos modos de viver dos diferentes grupos sociais⁶⁹.

No ano de 2023, foi elaborada a portaria n° 47/2023, para o exercício de 2024, utilizando o mesmo eixo temático da deliberação de 2012. Essa normativa define o inventário da seguinte forma: “O inventário proporciona o reconhecimento de um bem cultural, objetivando seu acautelamento e caracteriza-se como um instrumento de gestão do município, para auxiliar na conservação e divulgação de seu patrimônio cultural”⁷⁰.

Ao incluir no ICMS cultural em ações envolvendo a elaboração de inventários municipais, o IEPHA amplia seu conhecimento sobre patrimônio cultural mineiro. Com uma visão técnica, busca-se a caracterização das áreas em que se encontravam os bens a serem inventariados, assim como sua localização, manifestações históricas e culturais locais⁷¹.

O objetivo de catalogar os bens culturais é estimular proteções futuras, como também, seu conhecimento. Este é um resultado advindo de um criterioso processo de pesquisa, juntamente com a sociedade. Nesse sentido, entendemos que a ação do inventário deveria ser anterior a todo o processo de proteção. A esse respeito, a instituição pontua que:

A investigação que conduz ao conhecimento desses bens não pretende esgotar, mesmo porque não é essa a sua finalidade, a análise completa de uma casa, de um conjunto

⁶⁸ IEPHA, DN 02/2012.

⁶⁹ NOTA TÉCNICA DPR n° 003/2016.

⁷⁰ IEPHA, Portaria n. 47/2023.

⁷¹ CARSALADE, Flávio Lemos; BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; DE LIMA STARLING, Mônica Barros. A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites. **Cadernos da Escola do Legislativo-e-ISSN: 2595-4539**, v. 16, n. 25, p. 133-179, 2019.

urbano, de um arquivo, de um sítio pré-histórico ou de uma imagem. Pretende sim, com base nos princípios, enunciados e experiências de organismos nacionais e internacionais, cataloga-los para sua real identificação e estimular assim sua proteção e estudo posterior. Conhecer quais os bens que têm interesse de preservação é, portanto, premissa para qualquer proteção⁷².

O inventário é um instrumento de proteção que não encerra em si. É necessário que sua ficha aponte outros modos de acautelamento após sua execução, pois o mesmo não possui subsídios para determinar diretrizes de intervenção ao bem inventariado. Ao se inventariar um bem, o proprietário passa a ser responsabilizado pela difusão, por facilitar o seu acesso e na conservação. De modo contrário, o inventário que não contribui para a indicação de outras formas de proteção é vazio de objetivo. Como o bem cultural não está imune à dinâmica imobiliária, se faz importante a indicação de outras formas de acautelamento, como: tombamento, registro, limitação de uso e ocupação do solo, vigilância, pesquisa científica, pesquisa arqueológica, dentre outros. Portanto, o inventário não tem o valor jurídico de proteção, pois se trata de um instrumento indicatório do interesse social⁷³.

A partir dos anos 2000, o IPAC elaborou vários inventários. A título de exemplos: o inventário do patrimônio ferroviário, denominado Trens de Minas, entre 2005 e 2007, seguido pelo inventário dos acervos das igrejas tombadas (2007), o inventário do Cemitério do Bonfim (2008), o inventário do Rio São Francisco (2013), e, por fim, o inventário do acervo de obras de Niemeyer (2018)⁷⁴. De outra via, a realização do IPAC das obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais é fruto da demanda vinda da Diretoria de Proteção e Memória (DPM) para a Gerência de Identificação e Pesquisa (GIP), se tratando, portanto, de uma demanda institucional.

Existem muitos desafios para se inventariar um bem cultural, em especial para um técnico ao se aproximar do objeto a ser patrimonializado. O bem cultural é celebrado, vivenciado, imbuído de fatos, memória e ritos que são diferentes dos vividos pelo profissional que o investiga. Com seu olhar de estudioso, o técnico deve identificá-lo como patrimônio cultural. Ao se aproximar do objeto, o técnico o observa não somente com o seu olhar, mas com outros também. O inventário não é o patrimônio cultural propriamente dito, mas a identificação

⁷² IPAC – MG – Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais, Belo Horizonte, IEPHA/MG, 1984, n.º 0, p. 27.

⁷³ CANFORA, Angela Dolabela. **O inventário e a Proteção de Bens Culturais. Patrimônio em Textos**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 7-167, jan. /2012.

⁷⁴ CANFORA, Angela Dolabela. **O inventário e a Proteção de Bens Culturais. Patrimônio em Textos**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 7-167, jan. /2012.

pelo poder público ou sociedade civil de sua existência⁷⁵.

Os efeitos positivos produzidos pela elaboração dos inventários juntamente com os municípios são amplos e bastante diversos para o Estado e para o patrimônio. Quando existem múltiplos olhares na elaboração desse instrumento, o inventário passa a ser o difusor dos saberes e dos sentidos de pertencimento que estão dentro de todos nós, fazendo com que a patrimonialização do bem seja produzida por vários olhares e perspectivas. Os inventários constituem a materialização desses saberes, fornecendo à sociedade o acesso às múltiplas formas de manifestações culturais do país, em seu sentido mais amplo⁷⁶.

CAPÍTULO 2: IPAC/MG – INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL DE MINAS GERAIS

O segundo capítulo tem por objetivo demonstrar a metodologia utilizada pelo IEPHA(MG) na elaboração do IPAC, como também seus resultados, assim como discutir as várias formas disponibilizadas pelo inventário na preservação do bem cultural brasileiro.

A não utilização do inventário como um instrumento sistemático para a salvaguarda do bem cultural, acaba por deixar sua preservação confusa. Isso porque o não conhecimento das realidades que constituem o alvo das ações, torna-se quase que impossível estabelecer metas, prioridades, metodologias, assim como realizar um acompanhamento crítico das consequências em patrimonializar um bem.

É preciso que a produção dos inventários seja imbuída de objetivos que resultem em registros dos fluxos sociais, promovendo debates que não se distanciem do viés cultural. As culturas são mutáveis, vão se transformando historicamente ao longo do tempo. O ato de inventariar, de conhecer o que preservar, não são simples mecanismos burocráticos de salvaguarda. Devem apontar o conhecimento das formas de expressão, das crenças e do sentido de pertencimento, dotando os institutos de preservação, de alguns ingredientes daquilo que compõe a prática social, “eles são aquilo que confere à estrutura social sua configuração singular”⁷⁷.

Portanto, é indispensável a utilização do inventário antes de se aplicar o uso dos meios

⁷⁵ CANFORA, Angela Dolabela. **O inventário e a Proteção de Bens Culturais. Patrimônio em Textos**, Belo horizonte, v. 1, n. 1, p. 7-167, jan. /2012.

⁷⁶ BOTELHO, Tarcísio R. Patrimônio Cultural e Gestão das Cidades: uma análise da lei do ICMS cultural de Minas Gerais. **Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia**, v. 4, n. 1, p. 471-492, 2006.

⁷⁷ARANTES, ANTONIO A. Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaio de antropologia pública. **Anuário Antropológico**, v. 33, n. 1, p. 173-222, 2008.

de proteção, o tombamento ou o registro, permitindo que as instituições conheçam o bem que irá ser patrimonializado. Apesar de ser algo comum, não se pode patrimonializar um bem sem o conhecimento prévio de sua existência e as manifestações que dão sentido a sua valorização pelos órgãos de preservação. É necessário que o procedimento de investigação seja metodologicamente amplo, sendo sensível à heterogeneidade da sociedade brasileira. Tais ações são complexas, suscitam debates e opiniões diferentes entre intelectuais e especialistas⁷⁸.

Este segundo capítulo, será dividido em dois tópicos, o primeiro abordará, de forma a detalhar o processo utilizado para se inventariar as obras do arquiteto Oscar Niemeyer em Minas Gerais pelo Instituto Histórico e Artístico de Minas Gerais será analisada por meio do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC). O segundo tópico vai analisar o inventário desde sua descentralização, aplicação e as variadas metodologias que cercam o inventário cultural.

2.1 IPAC/MG – Inventário De Proteção Do Acervo Cultural De Minas Gerais – Oscar Niemeyer E Seus Resultados

Para elaboração do IPAC, a Gerência de Identificação e Pesquisa (GIP) estabeleceu os seguintes critérios para a seleção dos projetos arquitetônicos:

- **Autoria reconhecida:** todas as obras que as autorias do projeto fossem confirmadas por assinatura ou depoimento do arquiteto;
- **Autoria atribuída:** confirmação da autoria dos projetos será ratificada por meio de documentos e pesquisas já realizadas;
- **Intervenção:** a realização de alguma intervenção feita pelo arquiteto em alguma obra;
- **Obra construída que não reflete o projeto de autoria do arquiteto:** o projeto elaborado pelo arquiteto que diverge do prédio construído, ou aqueles projetos que não tem comprovação ligando a obra a Oscar Niemeyer. Dessa forma, foi definido que somente as obras construídas e preservadas seriam contempladas.

⁷⁸ARANTES, ANTONIO A. Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaio de antropologia pública. *Anuário Antropológico*, v. 33, n. 1, p. 173-222, 2008.

no inventário. Utilizando os seguintes critérios de seleção: **se foi edificada, não executada, executada parcialmente ou demolida**⁷⁹.

Atualmente, as fichas técnicas do inventário possuem 14 campos temáticos. São eles:

1. Identificação;
 2. Proteção Legal;
 3. Histórico;
 4. Análises do Entorno;
 5. Documentação Fotográfica;
 6. Croquis;
 7. Descrição;
 8. Conservação;
 9. Intervenções;
 10. Informações Complementares;
 11. Documentos Anexos;
 12. Referências;
 13. Ficha Técnica,
- e, por fim, 14 Elementos Relacionados.

O modelo de fichas elaborado pelo IEPHA, passou a servir de referência para os municípios aplicarem o inventário em suas regiões.

Abaixo, a tabela 1 mostra as obras edificadas do arquiteto em Minas Gerais. Já a tabela 2, expõe as obras não edificadas. Como visto na tabela, os edifícios inventariados foram diversos. Das 26 obras oficialmente reconhecidas pelo arquiteto, foram produzidas para cada prédio uma ficha de inventário. E, em cada ficha, um campo de informações já citadas aqui.

Tabela 1 - Lista de obras de Niemeyer edificadas em Minas Gerais.

<i>Denominação</i>	Município	Endereço	Projeto	Obra
<i>Hotel Ouro Preto</i>	Ouro Preto	R. Sen. Rocha Lagoa, 164	1938	1945

⁷⁹ MOLINARI et al. **DOCUMENTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO - ANÁLISE E RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURAS DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: NIEMEYER E MINAS GERAIS: um olhar sobre o arquiteto pelo inventário de seus projetos e obras no estado**. M. 3º Simpósio Científico do Icomos Brasil, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-15, out. /2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39914315/NIEMEYER_E_MINAS_GERAIS_um_olhar_sobre_o_arquiteto_pelo_invent%C3%A1rio_de_seus_projetos_e_obras_no_estado. Acesso em: 27 nov. 2020.

<i>Casa do Baile</i>	Belo Horizonte	filio Negrão de Lima, margem sul	1940	1942
<i>Cassino da Pampulha</i>	Belo Horizonte	Av. Otacílio Negrão de Lima, 16580	1940	1942
<i>Iate Clube da Pampulha</i>	Belo Horizonte	Av. Otacílio Negrão de Lima, 1350	1940	1942
<i>Edifício sede do Banco do Brasil</i>	Juiz de Fora	Rua Halfed, 450	1941	1941
<i>Residência de Francisco Peixoto</i>	Cataguases	Rua Major Vieira, 154	1941	1943
<i>Colégio de Cataguases</i>	Cataguases	Chácara da Granjaria, s/n	1943	1947
<i>Golfe Clube da Pampulha</i>	Belo Horizonte	Av. Otacílio Negrão de Lima, 8000	1943	1946
<i>Igreja de São Francisco de Assis</i>	Belo Horizonte	filio Negrão de Lima, margem sul	1943	1944
<i>Residência de João Lima de Pádua</i>	Belo Horizonte	Rua Bernardo Guimarães, 2751	1943	1943
<i>Residência de Juscelino Kubitschek</i>	Belo Horizonte	Avenida Otacílio Negrão de Lima, 4188	1943	1943
<i>Clube Social da Praça de Esportes</i>	Diamantina	Av. Francisco Sá, 446	1950	1956
<i>Residência Alberto Dalva Simão</i>	Belo Horizonte	Alameda das Palmeiras, 400 Pampulha	1950	1959
<i>Hotel Tijuco</i>	Diamantina	Rua Macau do Meio, 211	1951	1954
<i>Conjunto Governador Kubitschek (JK)</i>	Belo Horizonte	Rua Guajajaras, 1268	1951	1955
<i>Escola Professora Júlia Kubitschek</i>	Diamantina	Rua Jogo da Bola, 120	1951	1954
<i>Edifício Sede Banco Mineiro de Produção</i>	Belo Horizonte	Rua Rio de Janeiro, 471	1953	1953
<i>Colégio Estadual Central</i>	Belo Horizonte	Rua Rio de Janeiro, 2458	1954	1957
<i>Edifício Niemeyer</i>	Belo Horizonte	Praça da Liberdade, 153	1954	1955
<i>Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa</i>	Belo Horizonte	Praça da Liberdade, 317	1955	1961
<i>Pampulha Iate Clube - PIC</i>	Belo Horizonte	R. Ilha Grande, 555 - Jardim Atlântico	1961	1961
<i>Coreto Ronaldinho Calazans</i>	Caratinga	Praça Cesário Alvim	1979	1980
<i>Monumento a Tancredo Neves</i>	Juiz de Fora	Prédio da Administração Municipal	1985	1985
<i>Memorial Carlos Drummond de Andrade</i>	Itabira	Leste do Pico do Amor, s/n, Campestre	1994	1998
<i>Teatro Municipal de Uberlândia</i>	Uberlândia	Av. Rondon Pacheco, 7070	1998	2012
<i>Cidade Administrativa de Minas Gerais</i>	Belo Horizonte	lito Américo Gianetti, s/nº - Serra Verde	2009	2010

Fonte: IEPHA/MG. Inventário de projetos e obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais. GIP, 2018.

Na tabela 2, estão expostas as edificações que foram projetadas por Niemeyer que são reconhecidas pelo arquiteto, porém, não foram edificadas. No Total de 23.

Tabela 2 - Lista de projetos de Niemeyer em Minas Gerais não edificados.

<i>Denominação</i>	<i>Município</i>	<i>Projeto</i>
<i>Escola Profissional de Belo Horizonte</i>	Belo Horizonte	1940
<i>Hotel da Pampulha</i>	Belo Horizonte	1943

<i>Estação do Aeroporto</i>	Diamantina	1954
<i>Cidade de Marina na Colônia Agropecuária do Menino</i>	Vale do Rio Urucuia	1956
<i>Museu de História Natural em Montes Claros</i>	Montes Claros	1962
<i>Palácio do Governo de Minas Gerais (Assembleia)</i>	Belo Horizonte	1965
<i>Universidade de Sete Lagoas</i>	Sete Lagoas	1973
<i>Museu do Homem</i>	Belo Horizonte	1976
<i>Academia de Letras de Minas Gerais</i>	Belo Horizonte	1984
<i>Escola Guignard</i>	Belo Horizonte	1984
<i>Hotel na Pampulha</i>	Belo Horizonte	1984
<i>Residência de José Aparecido de Oliveira</i>	Conceição do Mato Dentro	1986
<i>Centro Cultural da Caixa Econômica Federal</i>	Belo Horizonte	1989
<i>Monumento a Juscelino Kubitschek</i>	Belo Horizonte	1989
<i>Caixa Econômica Federal</i>	Belo Horizonte	1990
<i>Centro Cultural e Esportivo de Montes Claros</i>	Montes Claros	1991
<i>Monumento Centenário de Belo Horizonte</i>	Belo Horizonte	1992
<i>Capela Ecumênica Darcy Ribeiro</i>	Montes Claros	1998
<i>Centro Administrativo de Betim</i>	Betim	1999
<i>Museu do Aço</i>	Ipatinga	2007
<i>Câmara Municipal de Poços de Caldas</i>	Poços de Caldas	2009
<i>Memorial Tiradentes</i>	Ritópolis	2009
<i>Associação dos Cavaleiros da Cultura</i>		2010

Fonte: IEPHA/MG. Inventário de projetos e obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais. GIP, 2018.

O inventário também identificou edifícios projetados por Niemeyer que foram demolidos, como nos aponta a tabela abaixo (Tabela 3):

Tabela 3 - Lista de obras de Niemeyer demolidas em Minas Gerais.

<i>Denominação</i>	<i>Município</i>	<i>Projeto</i>	<i>Obra</i>
<i>Residência de Pedro Aleixo</i>	Belo Horizonte	1941	
<i>Parque de Exposição Gameleira</i>	Belo Horizonte	1970	1971
<i>Grupo Escolar no bairro São Francisco</i>	Belo Horizonte		

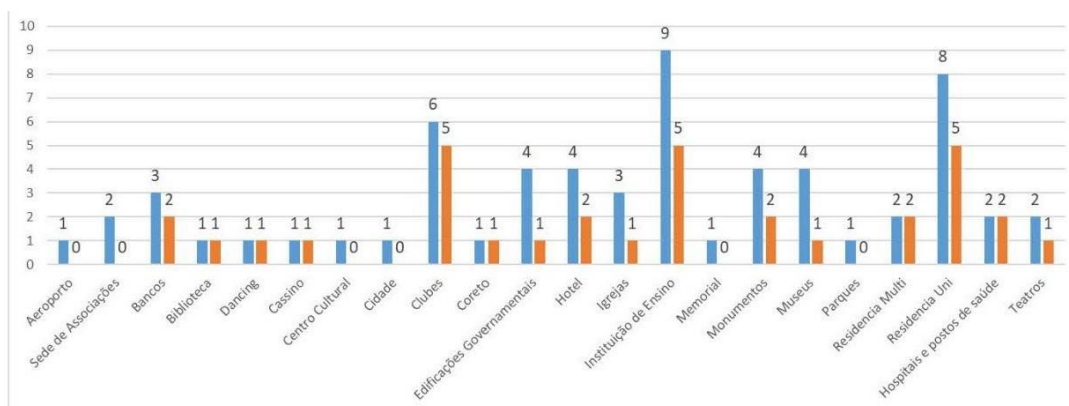
Fonte: IEPHA/MG. Inventário de projetos e obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais. GIP, 2018

A edificação, Parque de Exposição Gameleira, merece um triste destaque. Em 4 de fevereiro de 1971, ocorreu um desabamento devido a remoção do escoramento da estrutura. A tragédia matou 69 pessoas e mais 50 ficaram feridas⁸⁰.

⁸⁰MOLINARI et al. **DOCUMENTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO - ANÁLISE E RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURAS DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: NIEMEYER E MINAS GERAIS: um olhar sobre o arquiteto pelo inventário de seus projetos e obras no estado**. M. 3º Simpósio Científico do Icomos Brasil, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-15, out. /2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39914315/NIEMEYER_E_MINAS_GERAIS_um_olhar_sobre_o_arquiteto_pelo_invent%C3%A1rio_de_seus_projetos_e_obras_no_estado. Acesso em: 27 nov. 2020.

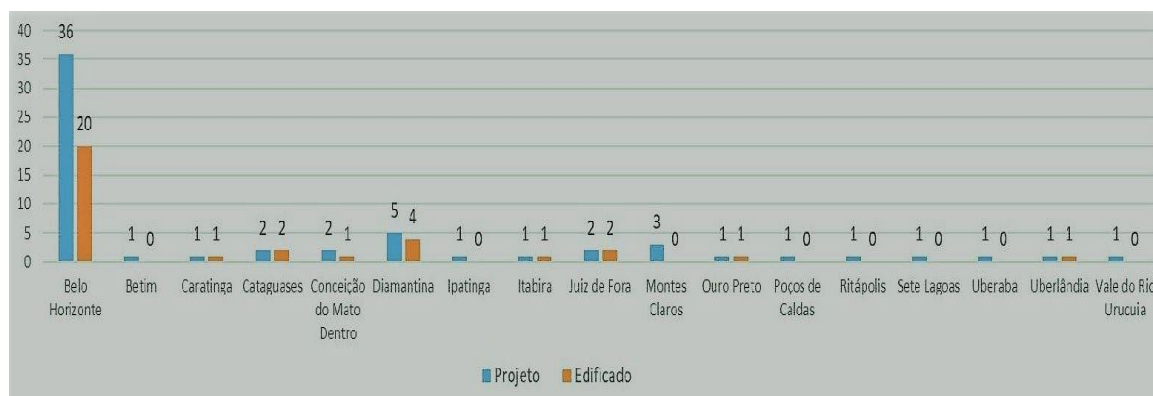
Durante todo o processo de construção do inventário, notou-se o envolvimento profissional de Niemeyer com vários setores da sociedade mineira, tanto na esfera particular, quanto na pública. Essa última em maior quantidade, devido a aproximação do arquiteto com a classe política, em especial com Juscelino Kubitscheck. Tal aproximação, fez de Belo Horizonte o local com o maior número de obras projetadas por Niemeyer em Minas Gerais, sendo elaborados 36 projetos e 20 edificadas. A de maior destaque de alcance internacional é o conjunto arquitetônico da Pampulha, além de projetos de casas e clubes. Abaixo, o gráfico nos aponta os números de projetos elaborados pelo arquiteto por empreendimento.

Gráfico 1 - Fonte: IEPHA/MG. Inventário de projetos e obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais. GIP, 2018.



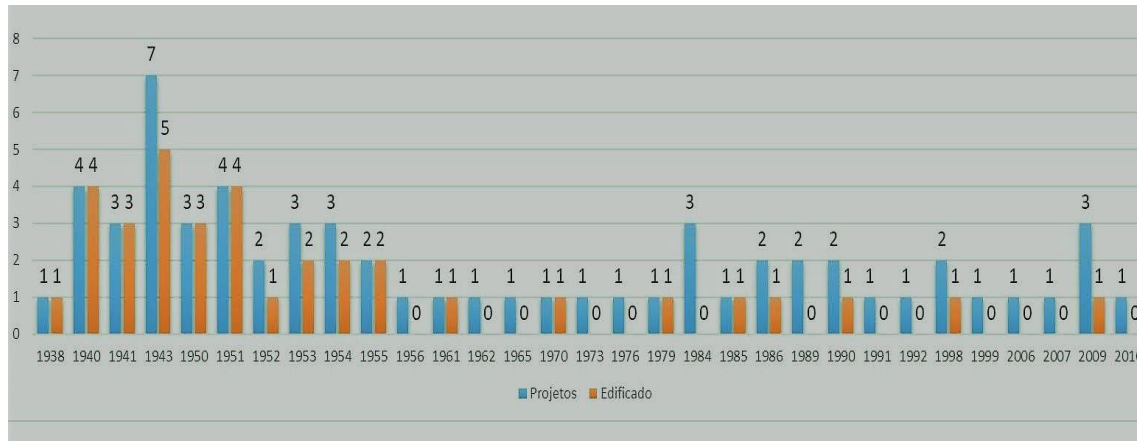
A relação do arquiteto com políticos do alto escalão rendeu frutos às cidades, como Diamantina, por exemplo. O município foi o segundo a receber o maior número de projetos elaborados por Oscar Niemeyer. No total de cinco, quatro foram edificadas. Outras cidades mineiras também receberam projetos concebidos pelo arquiteto. Ao todo, 16 municípios. São eles: Betim, Caratinga, Cataguases, Conceição do Mato Dentro, Diamantina, Ipatinga, Itabira, Juiz de Fora, Montes Claros, Ouro Preto, Poços de Caldas, Ritópolis, Sete Lagoas, Uberaba, Uberlândia e Arinos. Como dito anteriormente, alguns projetos não foram executados. Logo abaixo, o gráfico nos mostra as relações das obras edificadas nos municípios.

Gráfico 2 - Fonte: IEPHA/MG. Inventário de projetos e obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais. GIP, 2018.



Outra questão levantada pela pesquisa, mostra o quanto a relação de Oscar Niemeyer era próxima de Minas Gerais. Por vários anos, o arquiteto atuou na elaboração de projetos para o Estado. Mais, precisamente, de 1930 até o ano de 2010. Surpreendentes 72 anos. O gráfico abaixo nos aponta a divisão por ano dos projetos elaborados⁸¹.

Gráfico 3 - Fonte: IEPHA/MG. Inventário de projetos e obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais. GIP, 2018



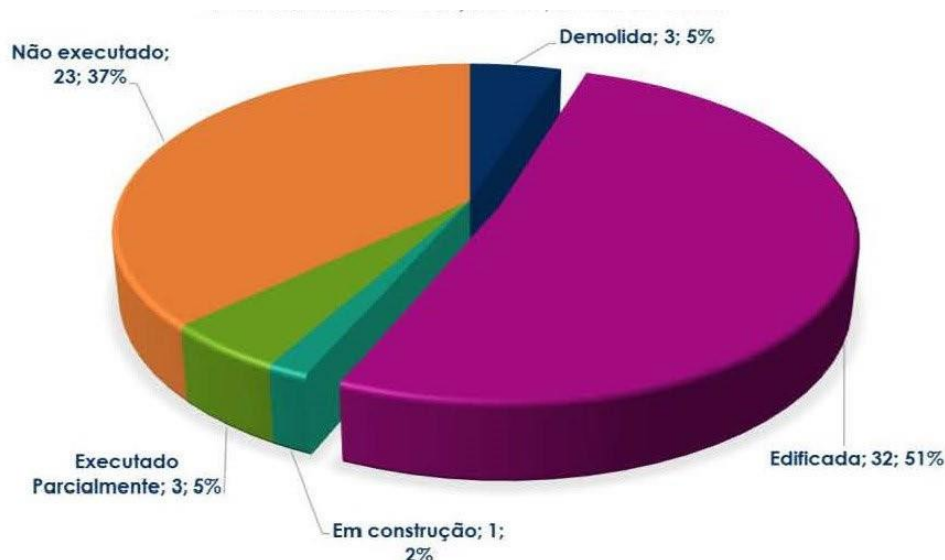
Ao analisarmos o gráfico elaborado pela GIP, percebemos que a grande fase de Niemeyer atuando pelo Estado foi entre os anos de 1938 a 1960, sendo 33 projetos elaborados e 27 edificadas. Com o passar dos anos, a demanda por projetos foi diminuindo. Entre as

⁸¹MOLINARI et al. **DOCUMENTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO - ANÁLISE E RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURAS DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: NIEMEYER E MINAS GERAIS: um olhar sobre o arquiteto pelo inventário de seus projetos e obras no estado**. M. 3º Simpósio Científico do Icomos Brasil, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-15, out. /2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39914315/NIEMEYER_E_MINAS_GERAIS_um_olhar_sobre_o_arquiteto_pelo_invent%C3%A1rio_de_seus_projetos_e_obras_no_estado. Acesso em: 27 nov. 2020.

décadas de 1960 e 1970, três projetos foram elaborados e um edificado. Nota-se, durante o período militar, uma baixa na atuação do arquiteto em Minas Gerais. Foram quatro projetos elaborados e dois edificados, entre 1970 e 1980. Nos anos 1980 e 1990, foram sete projetos elaborados e dois edificados. Já a partir da década de 1990 e 2000, seis projetos elaborados e um edificado⁸².

A pesquisa identificou **63** projetos vinculados ou elaborados por Niemeyer em Minas Gerais. Mais da metade desses projetos foram executados, ou seja, **36** no total. Não executadas foram **23**. Parcialmente executadas, **3**. E apenas **1** em construção: a Catedral Cristo Rei. Assim como nos mostra o gráfico abaixo elaborado pelo coordenador do IPAC - Oscar Niemeyer⁸³.

Gráfico 4 - IEPHA/MG. Inventário de projetos e obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais. GIP, 2018.



Ao inventariar as obras de Niemeyer, e a escolha para um futuro tombamento das obras: Escola Estadual Governador Milton Campos, Escola Estadual Manuel Inácio Peixoto, em Cataguases, Escola Júlia Kubitschek, em Diamantina, e o Clube Social de Diamantina, fica evidente a importância dessas edificações juntamente com os seus elementos integrados para a difusão do ideal modernista no Estado. Cria-se, assim, uma identidade com o movimento em

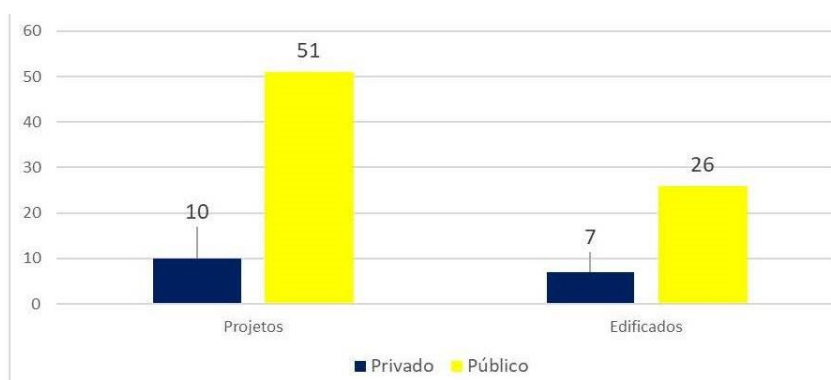
⁸² IEPHA/MG. Inventário de projetos e obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais. GIP, 2018.

⁸³ MOLINARI et al. DOCUMENTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO - ANÁLISE E RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURAS DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: NIEMEYER E MINAS GERAIS: um olhar sobre o arquiteto pelo inventário de seus projetos e obras no estado. M. 3º Simpósio Científico do Icomos Brasil, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-15, out. /2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39914315/NIEMEYER_E_MINAS_GERAIS_um_olhar_sobre_o_arquiteto_pelo_invent%C3%A1rio_de_seus_projetos_e_obras_no_estado. Acesso em: 27 nov. 2020.

Minas Gerais. O poder governamental se instrumentaliza para ratificar o passado que o consagra, elegendo por meio das políticas públicas “uma série de heróis emblemáticos das virtudes nacionais, uma língua, monumentos culturais, um folclore, lugares simbólicos e uma paisagem típica, uma mentalidade particular”⁸⁴.

A relação do poder público com o arquiteto, fato constatado durante a produção do inventário, ficou evidente ao analisarmos que 90% do contratador era o Estado. Porém, nem todos os projetos foram realizados. Quando comparamos os contratados por particulares, notamos que dos dez projetos, sete foram realizados. Já aqueles em que o setor público contratou, que somam 51 projetos, 26 foram edificadas. Como nos mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 5 - IEPHA/MG. Inventário de projetos e obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais. GIP, 2018.



Ao final da elaboração do inventário, o mesmo foi para a avaliação do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – CONEP, que resultou na indicação para o tombamento das três escolas citadas acima, mais o Centro Social de Diamantina. Além de recomendações apontadas pela Gerência de Identificação e Pesquisa. São elas:

- Entregar os inventários realizados pelo IEPHA-MG às prefeituras de municípios que possuam obras do arquiteto;
- Incentivar as prefeituras municipais a ampliarem o respectivo inventário a partir da abordagem de acervos modernistas não contemplados por essa pesquisa;
- Fomentar a utilização das informações disponibilizadas pelo instrumento do inventário na promoção de programas de educação patrimonial e turismo local;
- Proteger o conjunto das obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais e abertura de estudos para tombamento estadual, a Escola Estadual Governador Milton Campos – Unidade I (Escola Estadual Central) em Belo Horizonte, a Escola Estadual Professora Júlia Kubitschek e o Clube Social de Diamantina, ambos em Diamantina e o Colégio Cataguases em Cataguases, todos por seu valor histórico e arquitetônico;
- Promover a recuperação arquitetônica do Clube Social de Diamantina e

⁸⁴ THIESSE, Anne-Marie. **A criação das identidades nacionais na Europa**. São Paulo: Seuil, 1999, p. 14.

zelar pela destinação de uso compatível ao espaço;

- Realizar o inventário das obras modernistas presentes em Minas Gerais (arquitetura, paisagismo, arte aplicada, bens móveis e integrados, mobiliário...);
- Realizar o inventário e catalogar os bens imóveis e acervos de bens móveis e integrados modernistas presentes na cidade de Cataguases;
- Realizar o inventário temático do repertório de materiais presentes na arquitetura modernista em Minas Gerais, como por exemplo os azulejos e pisos;
- Fomentar o desenvolvimento e/ou associação a projetos que tenham como linha de pesquisa a arquitetura modernista em Minas Gerais; 4. RECOMENDAÇÕES/CONCLUSÕES Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais IEPHA – MG 56 Rua dos Aimorés 1697 | Belo Horizonte | MG | 30140-071 31 3235 2800 | iepha.mg.gov.br;
- Elaborar projeto institucional voltado à proteção do acervo arquitetônico modernista presente no Estado, promovendo sempre o uso compatível ao espaço. Sugere-se privilegiar a preservação e valorização daquelas obras em pior estado de conservação e carentes de proteção jurídica; • Publicar obra literária intitulada: “Cadernos do Patrimônio – Arquitetura de Oscar Niemeyer em Minas Gerais”;
- Promover e se associar, em conjunto com universidades, linhas de pesquisa da arquitetura modernista em Minas Gerais;
- Criar fórum permanente de discussão do patrimônio modernista em Minas Gerais e, nesse contexto, promover encontros sobre o tema e publicar obra literária intitulada: “Caderno de conservação e manuseio em obras modernistas (arquitetura e arte aplicada)”⁸⁵.

A patrimonialização das edificações pelo IEPHA mostra a força do grupo modernista. Ainda hoje, com a ampliação da noção de patrimônio cultural e suas várias manifestações no campo material e imaterial, vemos a importância de reafirmar o grupo modernista como símbolo da mudança. Ao mesmo tempo, da preservação da cultura nacional e, conseqüentemente, estadual. Nesse sentido, a representação dos prédios é importante.

2.2 IPAC/MG - Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais: descentralização, aplicação e metodologia

Ao mesmo tempo em que o órgão incentiva a valorizar a preservação e a construção de uma identidade local, utiliza elementos que identifiquem a origem e a memória de grupos. O programa de descentralização, ICMS cultural, estimula a corrida em busca de verbas. Porém, isso pode desviar do plano inicial, que é educar, estimular a preservação do patrimônio. Por outro lado, como consequência da patrimonialização, há o estímulo do turismo local, como também do surgimento de empresas de consultoria que não têm ligação com a municipalidade⁸⁶. Essa questão não é fácil de resolver. As dificuldades para dar prosseguimentos a projetos

⁸⁵MOLINARI, Luis. Projetos e Obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais: Relatório Final de Pesquisa Inventário. **Gerência de Identificação e Pesquisa – GIP Agosto de 2018**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 2-57, ago./2018. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

⁸⁶ Id.

de formação de quadros levam à limitação dos órgãos e secretarias de preservação em implementar projetos educacionais e preventivos, como aplicar o inventário como parte da patrimonialização ao programa de Educação Patrimonial, fazendo-o apenas um instrumento burocrático estatal. Pressões do poder administrativo, falta de continuidade e investimentos na formação de técnicos atuantes na área, além do forte interesse imobiliário, contribuem para que a descentralização, assim como a preservação e a patrimonialização local, não surtam o efeito esperado⁸⁷.

O processo de patrimonialização institucional atribui ao bem um novo valor, influenciando em significados preexistentes e em vários outros níveis de significação. Ao reconhecer um bem como patrimônio cultural, a instituição passa a ter um papel importante em sua preservação e legitimação. Para isso, é fundamental a participação popular ao longo de todo processo, podendo esse aspecto ser aplicado como metodologia – os chamados inventários participativos. Segundo o IPHAN:

(...) esta iniciativa [a metodologia dos inventários participativos] não tem a pretensão de servir de instrumento de identificação e reconhecimento oficial de patrimônio, nem substituir as atuais ferramentas utilizadas nos processos de proteção dos órgãos de preservação do patrimônio de qualquer esfera de governo. Apresenta-se, de preferência, como um exercício de cidadania e participação social, onde os seus resultados possam contribuir para o aprimoramento do papel do Estado na preservação e valorização das referências culturais brasileiras, assim como servir de fonte de estudos e experiências no contínuo processo de aprendizado⁸⁸.

É importante que o levantamento feito pelo inventário tenha o maior número possível de informações. Que sejam múltiplas em seu formato, para que subsidiem o órgão estatal com variadas possibilidades de fontes, abastecendo o instrumento com audiovisual, fotografias, arquiteturas, literatura, educação, etc. Com um material amplo, esse instrumento pode cooperar para que o IEPHA-MG tenha material suficiente para a indicação de um futuro registro ou tombamento⁸⁹.

O caminho a ser seguido pelo inventário é o de dar voz àqueles bens culturais que não devem e nem podem ser invisibilizados ou ocultados pela história. O acesso à cultura é

⁸⁷ NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. *História*, São Paulo, v. 26, p. 257-268, 2007.

⁸⁸ WWW.PORTAL.IPHAN.GOV.BR. **Educação Patrimonial: inventários educativos**. Disponível em: chromeextension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/inventariodopatrimonio_15x21web.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023. p. 7.

⁸⁹ BOTELHO, Tarcísio R. Patrimônio Cultural e Gestão das Cidades: uma análise da lei do ICMS cultural de Minas Gerais. *Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, v. 4, n. 1, p. 471-492, 2006.

fundamental para a formação da noção de cidadania de qualquer indivíduo, pois desperta no cidadão a criatividade, o respeito e o conhecimento de variadas formas de expressão e saberes, assim como a diversidade de ideias, respeito à democracia e à construção de uma identidade⁹⁰. Outros benefícios que podem ser atingidos com os programas de descentralização na produção dos inventários são: consagrar manifestações culturais, tradições e territórios que foram colocados à margem dos registros culturais, utilizando o instrumento para beneficiar as minorias; e educar o público infante-juvenil para o patrimônio, propagando políticas afirmativas e tornando-o futuro ativista na preservação do patrimônio histórico⁹¹.

Todavia, essa postura só é possível com a união entre a sociedade civil e o Estado, visando os direitos de todos os cidadãos, como acesso à cultura e ao patrimônio. Assim como podemos escolher o que lembrar, naturalmente, a memória pode escolher também o que esquecer. Por isso, a patrimonialização descentralizada, utilizando o inventário além de um instrumento acautelador e burocrático, faz o ato de patrimonializar a prática da união entre conhecimento e a democracia dos saberes. É evidente que em todo processo de identificação, levantamento de dados e pesquisas, haverá cortes, incorporações e um constante processo de traduções. Por isso, os dados inventariados são um fator determinante na patrimonialização⁹².

Outra metodologia que pode ser desenvolvida é o inventário pedagógico. Sua elaboração se dá sob uma perspectiva etnográfica, incentivando a crítica dos temas, enfoques e o modo de descrever a cultura, assim como questionar a forma de construção de sua própria narrativa, como também, as agências do patrimônio, buscando compreender a separação da teoria com a prática⁹³.

Ao darmos início a uma pesquisa, o inventário pedagógico apresenta questionamentos sobre a unidade sociológica que a realidade apresenta, a fim de verificar o deslocamento das categorias grupo/coletividade; privado/público; material/imaterial⁹⁴. De outra via, quando problematizada, a pesquisa etnográfica mostra contradições em modelos de pesquisa que se

⁹⁰ AKINRULI, Luana Carla Martins Campos; AKINRULI, Samuel Ayobami. **A comunidade escolar e o patrimônio cultural: autonomia e protagonismo dos sujeitos-pesquisadores nos procedimentos de inventários participativos**. Revista: II congresso Internacional Paulo Freire: O legado Global, n.1, p. 01-11, ano.

⁹¹ NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Inventário e patrimônio cultural no Brasil**. História (São Paulo), v. 26, p. 257-268, 2007.

⁹² AKINRULI, Luana Carla Martins Campos; AKINRULI, Samuel Ayobami. **A comunidade escolar e o patrimônio cultural: autonomia e protagonismo dos sujeitos-pesquisadores nos procedimentos de inventários participativos**. Revista: II congresso Internacional Paulo Freire: O legado Global, n.1, p. 01-11, ano.

⁹³ Id.

⁹⁴ Id.

sustentam no discurso de autoridade. Logo, muito além de um estilo de texto ou escolha semântica, o inventário etnográfico convida-nos a pensar sobre as ações dos pesquisadores responsáveis pelo processo, formados pelas comunidades escolares⁹⁵.

A fundamentação desta pesquisa está ligada à concepção defendida por Paulo Freire: educação libertadora. Quando tomamos como perspectiva a ideia freiriana, assumimos um compromisso com um olhar crítico, diferente, questionador sobre o cotidiano, tendo como objetivo a valorização das relações sociais, suas vivências e experiências. O inventário pedagógico não se limita apenas a questões disciplinares. Trata-se de um processo que desperta na comunidade escolar um ambiente de colaboração e interação de aprendizagem em sintonia com a apropriação cultural⁹⁶.

Ao trabalharmos juntos com a comunidade escolar, o conhecimento prévio do aluno baseado em suas vivências, no seu cotidiano, é parte fundamental para construção do inventário. De forma pedagógica, quando utilizamos perguntas aos estudantes, a pesquisa se transforma em um incentivador para o protagonismo do aluno, estimulando a autonomia, sua ligação com o patrimônio cultural local, território e identidade.

A intenção em promover a metodologia é a de emancipar o público escolar, para que ele possa desenvolver o trabalho de forma independente, aplicando tanto na ação, quanto na teoria as relações de conceito, significado e prática. Assim, se constituirá como foco a diversidade cultural, relacionando a história, a memória e o patrimônio cultural, como também, a percepção de novos significados, que se formam pelas articulações dos conhecimentos adquiridos durante todo o processo de aplicação do inventário. Com isso, se poderá despertar nos alunos a noção de pertencimento com o patrimônio cultural local. Desse modo, o inventário pedagógico busca um desenvolvimento responsável, pautando-se na realidade crítica, com o objetivo de compreender a metodologia epistemológica do conhecimento⁹⁷.

A aplicação e o desenvolvimento do inventário pedagógico não é um processo rápido. Visa incentivar, de forma contínua, a realidade sociocultural do aluno, trabalhando com vários grupos sociais, podendo ser ampliada, para além da localidade, a formação da identidade nacional. Desse modo, podemos definir o inventário como: “o processo de identificação e

⁹⁵ Id.

⁹⁶ AKINRULI, Luana Carla Martins Campos; AKINRULI, Samuel Ayobami. **A comunidade escolar e o patrimônio cultural: autonomia e protagonismo dos sujeitos-pesquisadores nos procedimentos de inventários participativos**. *Revista: II congresso Internacional Paulo Freire: O legado Global*, n.1, p. 01-11, ano.

⁹⁷ Id.

descrição de bens culturais, realizados de forma sistemática, detalhada e exaustiva, baseados em critérios e categorias que permitem a criação de bancos de dados com informações que podem ser acessadas, comparadas e equalizadas”⁹⁸. Em relação ao inventário pedagógico, ele se caracteriza:

(...) pela demanda comunitária, haja visto que a própria concepção de referências culturais diz respeito aos sentidos e valores atribuídos, por diferentes sujeitos, a seus bens culturais, objetos e práticas sociais. São sentidos e valores de importância diferenciada atribuídos aos diversos domínios da vida social e que, por isso, constituem marcos de identidade e memória para determinado grupo⁹⁹.

Ao problematizarmos as possibilidades do processo de patrimonialização, em relação à relevância social do patrimônio, assim como seus processos, tanto o de valorização, quanto o de desvalorização, devemos nos aprofundar ou esmiuçar o bem cultural a ser patrimonializado, cujo objetivo é entender as partes que o compõe. Também deve haver a intenção de descortinar todo o processo de patrimonialização, as suas etapas, as agências e os agentes responsáveis, assim como os procedimentos dos processos de identificação, documentação e preservação do patrimônio cultural¹⁰⁰.

O processo pedagógico do inventário vai além do desenvolvimento da pesquisa e de sua semântica. Mostra que as referências culturais vão além dos simbolismos, da representação, da comunicação. Está ligado, também, à ação e ao estímulo da tomada de consciência. Promove mudança na realidade que é imposta aos alunos¹⁰¹.

Outra contribuição do inventário elaborado pela comunidade de ensino é a preservação do patrimônio escolar. Por vezes ser alvo de vandalismo, é fundamental trabalhar com os alunos o sentimento de pertencimento, despertando a importância de suas responsabilidades como cidadãos para a preservação do bem público. Além disso, o inventário contribui também para a preservação do patrimônio escolar, assim como para salvaguardar a memória da educação no Brasil. Nesse ponto, é essencial a participação do poder público, podendo ser com uma ação inovadora, eficiente no campo educativo, para alertar sobre a importância da preservação. Não somente dos edifícios escolares, mas também, dos bens integrados, que são tão importantes

⁹⁸ Id.

⁹⁹ AKINRULI, Luana Carla Martins Campos; AKINRULI, Samuel Ayobami. **A comunidade escolar e o patrimônio cultural: autonomia e protagonismo dos sujeitos-pesquisadores nos procedimentos de inventários participativos**. Revista: II congresso Internacional Paulo Freire: O legado Global, n.1, p. 01-11, ano.

¹⁰⁰ Id.

¹⁰¹ Id.

quanto os prédios¹⁰².

Quando falamos em inventário pedagógico e em patrimônio escolar, chamamos a atenção para a proteção das manifestações culturais que ocorrem nesses espaços – o patrimônio intangível – se estendendo para a proteção do acervo documental, museológico e bibliográfico, além do registro de modos, práticas e fazer ensino, tendo a escola como foco principal. Tais ações nos fazem incluir no conceito do patrimônio cultural – que está em constante ampliação – o patrimônio cultural escolar. Não se trata, como dito antes, da semântica, mas, sim, da concepção a respeito do que seria o patrimônio relativo à educação e às práticas culturais¹⁰³.

Ao trabalhar com um tema tão sensível para a sociedade brasileira, quando tratamos do inventário pedagógico, devemos, antes, fazer as seguintes reflexões: para quem, o quê, como e para que preservar. Tais questões são fundamentais, assim como as iniciativas para proteção¹⁰⁴.

Quando patrimonializamos um bem, há a pressuposição da guarda de algo herdado, que, manifestado o seu valor social, o mesmo é passível de salvaguarda, sendo protegido do risco de desaparecer ou de se tornar ruína. Portanto, a participação da sociedade civil no processo se faz importante, colocando em debate qual critério de proteção será usado, quais os bens serão patrimonializados, se os mais antigos, ou aqueles com um valor histórico de representatividade ou arquitetônico, e mais: quem define representatividade e valor histórico?

Nesse ínterim, é preciso problematizar o que devemos patrimonializar: se somente as edificações, ou se os documentos em risco, objetos e mobiliários. Livros e manuais didáticos, ou, ainda, incorporá-los como bens integrados. É importante compreendermos que as escolas são instituições em constante movimento, vivas, com suas histórias envolvidas com a comunidade, sejam elas rurais, urbanas ou dos bairros populares. Então, como lidar com o fator excepcionalidade¹⁰⁵?

No fim do século XX houve uma forte expansão no sistema educacional do país, desde o Ensino Infantil ao Médio. Tal fato deve ser considerado ao propor políticas de preservação. Logo, é preciso observar que uma das justificativas para o reconhecimento do bem cultural como patrimônio é a sua relação na construção do dever à memória, assim como na construção

¹⁰² SOUZA, Rosa Fatima de. Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate. **Linhas**, p. 199-221, 2013.

¹⁰³ Id.

¹⁰⁴ AKINRULI, Luana Carla Martins Campos; AKINRULI, Samuel Ayobami. **A comunidade escolar e o patrimônio cultural: autonomia e protagonismo dos sujeitos-pesquisadores nos procedimentos de inventários participativos**. *Revista: II congresso Internacional Paulo Freire: O legado Global*, n.1, p. 01-11, ano.

¹⁰⁵ SOUZA, Rosa Fatima de. Preservação do patrimônio escolar no Brasil: notas para um debate. **Linhas**, p. 199-221, 2013.

da identidade de sujeitos¹⁰⁶.

Para o sucesso da preservação dos edifícios é importante um trabalho integrado entre profissionais da educação, arquivistas, historiadores, museólogos, arquitetos e agentes políticos – todos responsáveis por ampliar o debate público acerca do tema. Com isso, um passo importante é incluir a preservação dos prédios escolares na Constituição Federal, no rol de políticas públicas envolvendo o patrimônio, resguardando os princípios legais e garantindo por lei a participação popular, o pluralismo cultural, a memória coletiva e a universalidade.

Este é um campo complexo, pois, mesmo com instrumentos jurídicos de proteção, eles não garantem a salvaguarda do bem escolar, uma vez que, da mesma forma que outros bens culturais nos revelam novos saberes, o patrimônio escolar também nos traz novos saberes, sujeitos e instrumentos envolvidos na preservação¹⁰⁷. Por isso, é importante que sejam coordenadas ações e processos envolvendo a educação patrimonial com a direção, os professores e alunos, expondo o valor de cada instrumento de preservação e a importância de manter viva. Outra questão é a cooperação da sociedade científica, dos órgãos de proteção¹⁰⁸.

O inventário das obras modernistas projetadas por Oscar Niemeyer em Minas Gerais, diferentemente do pedagógico, não utilizou sua metodologia casada com a Educação Patrimonial. Em um primeiro momento, foram feitos os levantamentos de dados, artigos de jornais referente às edificações, fontes primárias, com consultas às plantas projetadas pelo arquiteto, assim como croquis. Outro ponto importante, foi a pesquisa referente aos bens integrados, sendo elaboradas fichas para cada um dos bens a serem inventariados. A utilização de farta documentação referente aos componentes artísticos das obras se fez presente por cartas escritas pelos próprios artistas aos patrocinadores das obras¹⁰⁹.

Ao se inventariar as obras de Niemeyer em Minas Gerais, abre-se o processo de patrimonialização das instituições de estilo arquitetônico modernista no Estado, em especial, escolas e centros recreativos. Para isso, devemos analisar além de suas edificações, observando o jogo de interesses em sua construção. Deve-se considerar que são bens imprescindíveis de serem lembrados, protegendo não somente o prédio em si, mas todo o seu acervo, desde arquivos, a bens integrados, e, por fim, procurando promover a conexão dos edifícios

¹⁰⁶ Id.

¹⁰⁷ Id.

¹⁰⁸ Id.

¹⁰⁹ MIRANDA, A., VASCONCELLOS, L.; MOLINARI, L. Documentação, conservação e restauração-análise e restauração de estruturas do patrimônio arquitetônico. **Revista**, 3ª Simpósio Científico 2019 do ICOMOS Brasil: Autenticidade em Risco., n 3.?, p 01-03 ano: 2019.

patrimonializados com a comunidade, agregando as obras modernistas ao chamado patrimônio educativo¹¹⁰.

CAPÍTULO 3 - INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL (IPAC-MG): OSCAR NIEMEYER, PRODUTO FINAL

O objetivo deste capítulo é tratar sobre a elaboração do produto final, Jogos Didáticos, conforme a exigência do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Será dividido em dois tópicos. O primeiro irá dissertar sobre educação patrimonial e a utilização dos jogos como instrumento. Já no segundo, os jogos serão expostos.

Durante o início da pesquisa e os anos trabalhados no IEPHA, principalmente em 2018, quando da elaboração do inventário, foi observado tanto pelo coordenador do projeto, quanto pelos técnicos, a importância do desenvolvimento do IPAC envolvendo as obras do arquiteto Oscar Niemeyer em Minas Gerais. Pelo número de obras realizadas pelo arquiteto, e sua estreita relação com o Estado, na realização de projetos que vão desde coretos a grandes prédios públicos, nota-se a importância de desenvolver, contextualizar e divulgar a produção deste inventário.

A fim de estimular o debate sobre o tema da salvaguarda dos bens culturais e patrimonialização, para quem se destinam, como e o que proteger, propõe-se como produto final a ser elaborado ao fim do projeto, jogos pedagógicos sobre as escolas modernistas abordadas na pesquisa, que consistirá em elementos arquitetônicos e históricos de cada instituição. Tais jogos podem ser estudados por várias escolas, trabalhando suas respectivas histórias e arquiteturas, pois, como abordado nesta pesquisa, é importante estimular a noção de pertencimento nas comunidades escolares antes de aplicar qualquer forma de salvaguarda de seu patrimônio cultural.

¹¹⁰ CHALOPA, J. P. G. O. R. F. D. S. “Com o Mar por Meio”: Patrimonialização Escolar em Instituições Educativas Luso-Brasileiras. **História da Educação**, São Paulo, v. 27, n. 128695, p. 1-23, mai./2023.

Os jogos serão entregues para as escolas estudadas neste projeto. Estará disponível em plataformas digitais de difusão de e-books e produtos similares, como a Amazon. Além disso, será divulgado pela secretaria do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da UFV.

A motivação para a proposta do produto desta dissertação com a publicação de jogos pedagógicos sobre o trabalho desenvolvido, se dá pelo fato de meu ingresso no IEPHA-MG no ano de 2014, e meu envolvimento com os trabalhos desenvolvidos no órgão até 2019, além de ter trabalhado como técnico executor do IPAC. Portanto, a ideia da produção e proposta dos jogos como fator a contribuir com a Educação Patrimonial, vai ao encontro dos interesses da instituição na promoção do debate, fazendo desta uma proposta viável.

3.1 Educação Patrimonial sua difusão, seu novo uso e pertencimento

Ao se consagrar um bem como patrimônio cultural, estamos também requalificando o espaço urbano, nos fazendo pensar nos bens culturais como parte importante vinculada à produção dos espaços da cidade.

A apropriação do bem pela coletividade possibilita aos monumentos e às manifestações culturais, novos usos e significados. Atualmente, percebemos que a reutilização desses espaços na dinâmica urbana é um ponto estratégico na proteção do bem cultural, permitindo, assim, o desenvolvimento de políticas públicas que visam a adaptação da comunidade ao seu novo uso. Porém, ao se dar um novo uso ao bem cultural, ou uma nova forma de apropriação, pode-se dar, ou até reforçar, a ideia de controle institucional sobre a memória¹¹¹.

Há uma dominação discursiva envolvendo a preservação da memória. Isso faz com que o Estado não tenha somente um papel mediador em ações envolvendo a preservação do patrimônio cultural, mas sim, de proponente, implementador de políticas públicas que assegurem o direito das comunidades detentoras do bem. Assim como a sociedade em geral, o direito de acesso, difusão e práticas que contribuem para promover uma proteção patrimonial cidadã bem cultural¹¹².

Ao promover a apropriação do bem pela comunidade, é importante não espetacularizar o patrimônio cultural. Tal ação pode distanciar o discurso da prática. Além de distanciar o bem

¹¹¹ BARROS, Magaly; DA COSTA TAVARES, Maria Goretti. O Papel do Estado no Diálogo entre Patrimonialização e Educação Patrimonial. *Revista Memória em Rede*, v. 16, n. 30, p. 310-336, 2024.

¹¹² BARROS, Magaly; DA COSTA TAVARES, Maria Goretti. O Papel do Estado no Diálogo entre Patrimonialização e Educação Patrimonial. *Revista Memória em Rede*, v. 16, n. 30, p. 310-336, 2024.

do seu objetivo sociocultural, no qual as expressões e os monumentos culturais estão sustentados. Prática esta, que é incentivada pela indústria do turismo e a especulação imobiliária, que distorcem o sentido da salvaguarda e apropriação do patrimônio cultural¹¹³.

Nesse sentido, o Estado tem o dever de identificar as manifestações e/ou os bens culturais a serem contemplados com a proteção. Tal questão não soluciona e não garante a preservação do patrimônio cultural. É preciso promover na sociedade o sentimento de pertencimento, utilizando a educação para reforçar os laços. Deve-se abraçar toda comunidade, tanto a que se localiza no entorno, quanto a que está distante¹¹⁴.

Em um espaço tão heterogêneo, em que abarca inúmeros técnicos especialistas, políticos e agentes comunitários, cabe ao Estado representar os interesses públicos na construção de uma atividade coletiva. Para ter sentido, a patrimonialização deve ser democrática e de escolhas que dizem respeito ao patrimônio cultural. Porém, para lograr êxito, é importante livrar-se das amarras hierárquicas e colocar em igualdade a prática social com a prática institucionalizada. É dever do Estado promover proteção igualitária, representando a sociedade, garantindo a ela o direito de eleger, difundir e utilizar os saberes, os monumentos¹¹⁵.

Para atingir tal objetivo, o patrimônio cultural tem em seu poder ações como a Educação Patrimonial. Minas Gerais conta com o apoio do ICMS Cultural para promover e salvaguardar o bem cultural. Tais instrumentos devem ser utilizados a favor da comunidade, estimulando os municípios a preservar e difundir seu patrimônio. Nessa perspectiva, a comunidade escolar tem um papel importante de replicadora. Para isso, é necessário promover cursos juntamente com as secretarias municipais, qualificar professores, alunos, servidores. Fomentar atividades interativas, a fim de estimular nos estudantes o exercício da cidadania por meio da preservação do patrimônio cultural que eles pertencem.

Portanto, o produto a ser desenvolvido busca promover e auxiliar a comunidade escolar na valorização, no despertar de seus integrantes, em especial os alunos, o sentido de

¹¹³ BARROS, M. C. PROJETO CIRCULAR CAMPINA-CIDADE VELHA: **uma análise das formas de uso e apropriação do espaço patrimonializado no centro histórico de Belém. Dissertação (Mestrado).**

Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2021.

¹¹⁴ SCIFONI, S. **Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema** In: TOLENTINO, Á. B. (Org.) Educação patrimonial: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. (Caderno Temático 2).

¹¹⁵ BARROS, Magaly; DA COSTA TAVARES, Maria Goretti. O Papel do Estado no Diálogo entre Patrimonialização e Educação Patrimonial. **Revista Memória em Rede**, v. 16, n. 30, p. 310-336, 2024.

pertencimento com o local, tanto arquitetônica, quanto historicamente. O produto em questão terá por objetivo alcançar os alunos do ensino básico, por entender que é preciso, desde os anos iniciais, estimular a noção de pertencimento e cuidado com o bem cultural.

3.2 Educação Patrimonial, materias pedagógicos: produto final.

Os jogos pedagógicos têm por proposta envolver as escolas indicadas para tombamento pelo IPAC(MG), e serão apresentados no próximo tópico. Nesse caso, o produto final está diretamente ligado à Educação Patrimonial. Para sua elaboração, será necessário motivar os alunos a se conhecerem como agentes históricos, assim como perceber o mundo que os cerca. Portanto, a Educação Patrimonial deve trabalhar com os estudantes os sentidos humanos, como: o olhar, para que possam compreender o que se vê; a audição, com o objetivo de aguçar a memória auditiva; o olfato, a fim de estimular a memória olfativa e a que ela nos remete; e por fim, a percepção tátil, para fazer o aluno se aproximar da memória concreta.

Por se tratar de bens culturais do campo material, o produto final aqui apresentado, será voltado para as edificações escolares. Porém, nada impede de ser desenvolvido pelo imaterial, adaptando para as manifestações culturais a que se deseja trabalhar nas salas de aula. As atividades aqui propostas, não devem ser, necessariamente, apenas das escolas apresentadas no projeto. Podem ser adaptadas a outras instituições. As atividades tem como alvo o ensino básico, podendo obviamente ser adaptado para o ensino médio.

Para a realização dos jogos pedagógicos será necessário que o professor elabore algumas atividades iniciais. O objetivo é apresentar ao aluno a importância da valorização das memórias, que, por vezes, saem do abstrato e se materializam no concreto. Nesta pesquisa serão representadas pelas Escola Estadual Governador Milton Campos, Escola Estadual Manuel Inácio Peixoto e Escola Estadual Júlia Kubitscheck. Num primeiro momento será aplicado, após aulas expositivas sobre patrimônio cultural, um pequeno questionário com o objetivo de conhecer melhor a realidade social do aluno. Como apresentado no Anexo 1

Com as respostas do questionário, teremos ideia sobre a realidade dos alunos e de como eles entendem o processo das memórias, sendo elas afetivas ou não. Em seguida, a proposta é ir para a segunda etapa do processo: trabalhar o espaço onde os estudantes passam boa parte de suas vidas, o espaço escolar.

É importante dar aos alunos uma aula introdutória, contextualizando, em uma linguagem adequada, o que é o modernismo. A partir disso, dar início à história da escola: ano de sua

construção, em qual contexto se deu o processo de criação, projeto e edificação dos prédios escolares, partindo para o conhecimento mais detalhado do bem. Isto é, os bens que integram as edificações, como: obras de arte, móveis, salas de aula, o espaço em que o prédio se insere, etc.

Após as aulas expositivas sobre o contexto da criação das escolas, e de trabalhar cada elemento artístico separado com os alunos, é necessário que o professor passeie pela escola para identificar os bens integrados que fazem parte da instituição, terminando com a contemplação de toda edificação escolar. Já em sala de aula, com o objetivo de entreter e despertar ainda mais a atenção, deve-se aplicar os jogos pedagógicos.

Para a escola de Cataguases foi elaborado o jogo de perguntas e respostas. Após aplicar as aulas expositivas, o professor deverá fazer perguntas e respostas para os alunos sobre a escola, como: construção e seus responsáveis - tanto políticos quanto arquitetônicos - assim como seus bens intrigados, artistas responsáveis por sua elaboração, local onde se encontra a escola e sua relação com o espaço.

O segundo jogo, também direcionado para o colégio de Cataguases, será o da memória. Ele visa observar o que mais chamou a atenção dos alunos, o que mais marcou durante todo o processo de aprendizagem. Tal ação visa dar a noção de pertencimento com o espaço escolar, como nos mostra Lúcio Costa, ao promover contato com a cultura e preservação do Patrimônio Cultural. Para facilitar o acesso aos professores, os jogos estarão disponíveis na plataforma digital. O acesso poderá ser feito em qualquer momento pelo multiplicador, por meio do Qrcode ao lado de cada um deles, ou pelo link do site^{116, 117, 118}

¹¹⁶ <https://wordwall.net/pt/resource/68029448/perguntas-e-respostas>

¹¹⁷ <https://wordwall.net/pt/resource/68053391/palavra-cruzada-do-patrim%c3%b4nio-cultural-col%c3%a9gio-cataguases>

¹¹⁸ <https://wordwall.net/pt/resource/68052655/jogo-da-mem%c3%b3ria-col%c3%a9gio-cataguases>

Figura 1 - Jogo para o Colégio Cataguases



Figura 2 - Segundo Jogo para o Colégio Cataguases

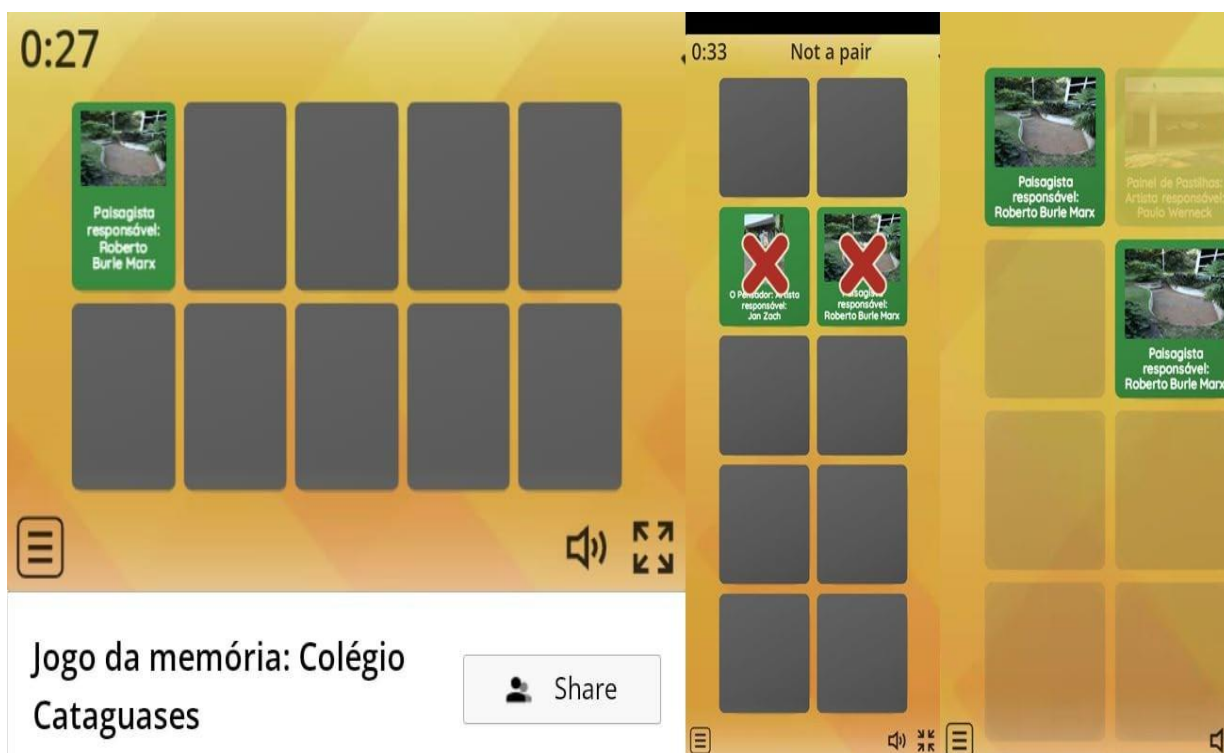
U	O	H	G	E	I	C	R	E	U	P	O	Q	E	R	M	O	V		
C	A	M	S	M	C	H	I	N	A	M	Z	J	G	I	R	F	A	L	M
Q	Q	C	J	R	N	G	J	U	T	J	E	G	W	E	O	H	N	P	
A	O	R	D	O	B	G	A	J	K	K	W	Y	K	F	U	A	O		
I	P	A	C	X	U	T	T	O	R	E	E	N	C	P	H	G	E	I	Y
T	E	B	A	L	R	U	C	B	I	B	U	E	C	C	F	O	L	N	W
Y	N	S	N	O	L	A	O	V	E	O	N	A	U	W	I	E	I	E	G
O	S	T	M	E	S	A	V	O	R	T	V	B	I	O	N	L	Q		
Q	A	R	I	E	M	E	M	I	E	G	L	O	K	G	R	S	A	T	H
C	D	A	D	F	A	T	A	W	I	J	A	N	Z	A	C	D	C	I	F
O	O	T	O	D	R	W	E	P	E	K	C	E	O	Z	Q	U	I	R	R
O	R	O	P	H	X	S	U	S	C	J	B	A	U	J	N	U	O	A	Q
W	X	Á	O	J	O	S	D	D	Z	E	B	E	L	O	F	F	P	D	S
A	Z	Á	R	J	P	B	O	T	I	X	T	J	P	O	H	O	E	E	R
L	B	W	T	O	S	C	A	R	N	I	E	M	E	Y	E	R	I	N	W
R	T	T	I	A	O	R	B	T	I	G	Z	T	P	I	Y	X	T	H	
O	N	A	N	A	A	K	U	O	O	M	L	B	A	W	C	A	O	E	R
X	G	O	A	P	L	Z	M	O	D	E	R	N	I	S	M	O	T	S	U
A	W	F	R	F	I	E	I	O	O	H	S	N	O	B	Y	W	O	O	B
M	X	U	I	E	L	S	N	R	O	I	Y	Q	P	Y	O	I	I	W	

M	A	N	U	E	L	I	N	A	C	I	O	P	E	I	X	O	T	O	C
O	E	O	J	O	S	E	W	E	R	N	E	C	K	Z	H	S	B	O	R
C	I	P	E	U	S	W	S	O	O	O	N	O	S	K	F	A	M	P	I
A	O	V	I	K	K	S	F	R	K	W	O	U	Z	T	S	S	O	R	P
N	T	N	A	N	B	F	H	J	O	I	O	U	R	R	I	R	I	R	A
D	T	J	B	D	A	B	S	T	R	A	T	O	U	N	O	A	E	H	I
I	X	O	A	R	V	Q	K	X	R	E	O	R	D	E	Y	Y	Z	N	
D	P	Y	R	O	O	F	U	I	T	C	E	A	U	E	Z	M	M	E	
O	Q	C	L	L	O	H	A	X	I	Q	D	S	V	M	E	H	S	E	L
P	Z	B	E	I	V	Z	C	I	V	O	N	T	E	D	D	S	T	W	T
O	G	U	M	H	O	P	L	N	M	E	R	I	U	X	O	I	S	R	I
R	R	O	A	Q	X	G	Z	P	Q	N	I	I	O	B	H	F	E	R	
T	A	G	R	O	W	E	X	O	Z	R	T	Q	X	E	T	O	E	K	A
I	J	M	X	U	R	N	T	O	A	B	Z	T	W	Z	H	S	O	O	D
N	E	A	Y	T	R	O	T	C	M	R	Y	O	O	O	Y	L	N	X	E
A	X	C	N	L	V	S	J	O	M	Q	J	A	N	A	R	H	M	N	
R	I	S	X	Z	E	O	N	O	S	O	I	Y	Z	O	O	P	H	D	T
I	R	D	B	Y	A	B	Z	C	P	O	A	H	A	L	Z	G	R	E	
Q	Z	M	F	J	K	C	L	F	P	O	A	K	W	A	I	R	L	P	S
U	T	I	D	A	O	F	E	E	K	N	Y	I	I	Q	R	P	G	M	

Palavra Cruzada do Patrimônio Cultural: Colégio Cataguases

Share

Figura 3 - Terceiro Jogo para o Colégio Cataguases



Os jogos a seguir estão relacionados à Escola Estadual Governador Milton Campos. É interessante aplicá-los ao fim das aulas expositivas, para que assim, os alunos entendam sobre os elementos que envolvem o patrimônio cultural, chegando a história da escola, onde exercem a cidadania. Os jogos tratam sobre personalidades envolvidas na edificação, como o responsável pela construção, arquiteto que elaborou o projeto, artistas responsáveis pelas obras integradas. Com a intenção de promover interação entre os alunos, os jogos são: forca, carta - com perguntas e respostas - e anagrama. Eles estão disponíveis na internet. Será possível acessá-los pelo Qrcode, ou pelo link do site¹¹⁹, ¹²⁰, ¹²¹, localizado ao lado dos entretenimentos, propostos como dito acima, tendo como tema central, a escola.

¹¹⁹ <https://wordwall.net/pt/resource/68054448/conhecendo-a-nossa-escola>

¹²⁰ <https://wordwall.net/resource/67932512/baralho-do-saber>

¹²¹ <https://wordwall.net/pt/resource/68068408/desembaralhe-o-estadual-central>

Figura 4 - Jogo para o Colégio Estadual Central



Figura 5 - Segundo Jogo para o Colégio Estadual Central

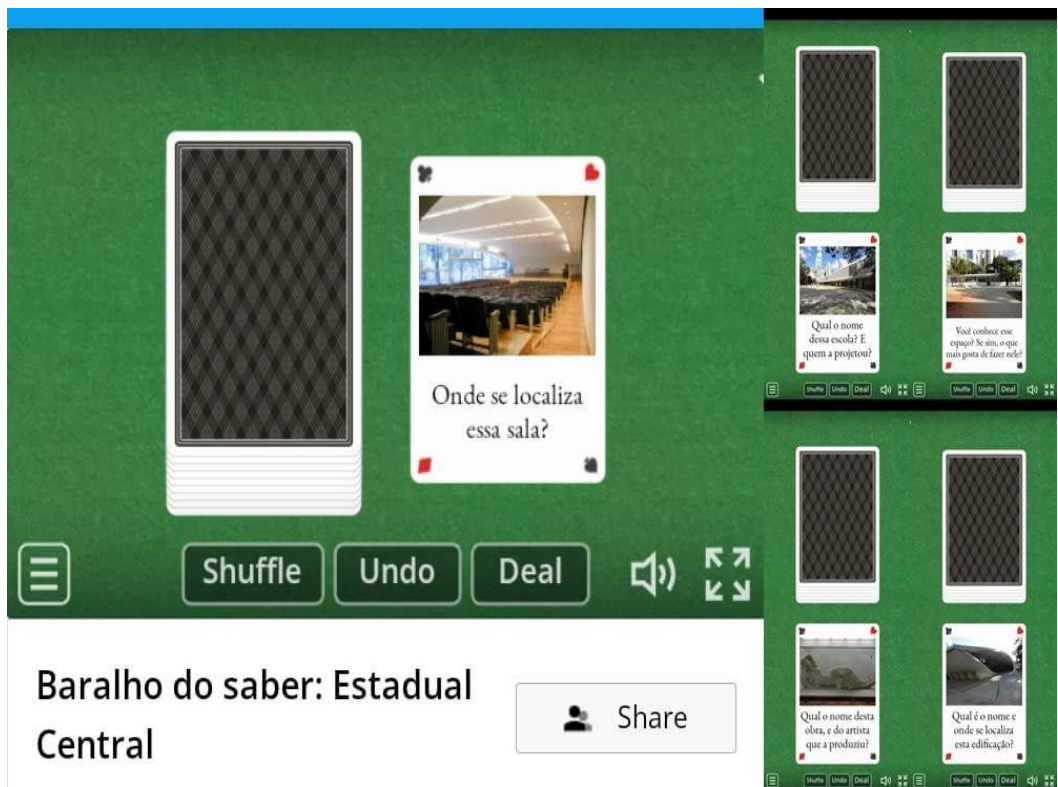


Figura 6 - Terceiro Jogo para o Colégio Estadual Central

0:08 ✓ 0

0:02 10 moves for bonus ✓ 0 1:19 ✓ 0

*Milton a foi Estadual
por responsável Oscar o
Campos Niemeyer projetar
arquiteto Escola O.*

Escola Niemeyer o Estadual O arquiteto Campos responsável foi projetar por o Oscar Milton, O arquiteto Oscar Niemeyer foi o responsável por projetar a Escola Estadual Milton Campos.

1 of 6 1 of 6

2:18 ✓ 14 2:53 ✓ 38

1 of 6 1 of 6

2:18 ✓ 14 2:53 ✓ 38

A Escola Campos Estadual é Estadual como conhecida Central colégio também Milton. A Escola Estadual Milton Campos é também conhecida como colégio Estadual Central.

Desembaralhe o Estadual Central

Share

1 of 6 1 of 6

2:18 ✓ 14 2:53 ✓ 38

Os jogos apresentados a seguir seguem a linha dos anteriores. O tema central é a Escola Estadual Júlia Kubitschek. Tem por objetivo trabalhar os elementos artísticos e arquitetônicos que envolvem a escola. Como os anteriores, a proposta é despertar nos alunos o sentimento de pertencimento ao espaço. Estimular e mostrar aos estudantes a importância de preservar o patrimônio cultural.

Assim, o objetivo do produto aqui apresentado é contribuir para a difusão da proteção do bem cultural. Para isso, é importante a participação do professor, explicando sobre a história da escola, seu fundador, o arquiteto que a projetou, as obras artísticas que integram a edificação. Os jogos a seguir visam trabalhar essas questões com os alunos ao fim de um ciclo expositivo acerca do tema. Os jogos são: perguntas e respostas - desde a fundação - às obras que a integram. Anagrama com os personagens importantes. Roleta com perguntas, envolvendo personalidades que contribuíram na construção da escola¹²², ¹²³, ¹²⁴.

¹²² <https://wordwall.net/pt/resource/68001138/perguntas-e-respostas>

¹²³ <https://wordwall.net/pt/resource/68063952/anagrama>

¹²⁴ <https://wordwall.net/pt/resource/68068210/roleta-do-patrim%c3%b4nio-cultural-diamantina>.

Figura 7 - Jogo para a Escola Júlia Kubitscheck:



Figura 8 - Segundo Jogo para a Escola Júlia Kubitscheck:

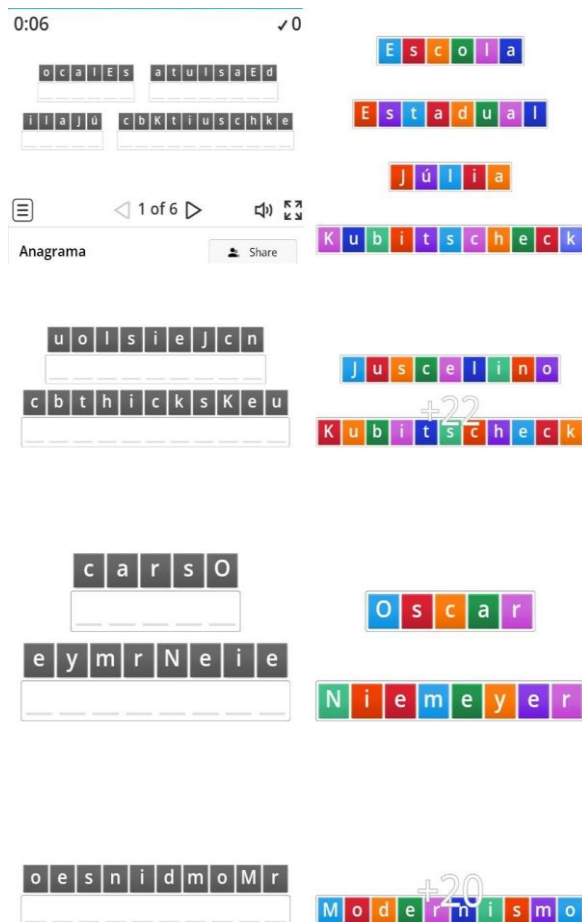


Figura 9 - Terceiro Jogo para a Escola Júlia Kubitschek:



Ao fim das aulas expositivas e interação com os jogos é interessante que o professor aplique o questionário (Anexo 2), a fim de observar a compreensão do aluno sobre o espaço e a importância de preservá-lo.

O produto apresentado tem por proposta estimular nos estudantes a noção de cidadania, de uso comum do espaço e a importância do patrimônio cultural. A simplicidade alcança objetivos maiores na salvaguarda do bem cultural. Em um primeiro momento, minha intenção era elaborar um livro. Quando pronto, disponibilizaria para o IEPHA-MG. Porém, com o avanço da pesquisa, notei que, se penso em uma preservação mais igualitária entre as forças institucionais e as comunidades, fazia mais sentido produzir algo direcionado para elas, as comunidades, principalmente, a escolar. Por se tratar de uma grande difusora de conhecimento e cultura, considero o melhor lugar para falar de patrimônio cultural.

CONCLUSÃO

Ao se inventariar as obras do arquiteto Oscar Niemeyer em Minas Gerais, e indicar suas obras: Escola Estadual Governador Milton Campos, Escola estadual Manuel Peixoto, Escola Estadual Júlia Kubitscheck e o Clube Social de Diamantina para um futuro tombamento pelo IEPHA-MG, fica evidente a importância dessas edificações.

As edificações juntamente com seus elementos integrados, contribuem para a difusão do ideal modernista no Estado. Cria-se, assim, uma identidade com o movimento em Minas Gerais. O poder governamental se instrumentaliza para ratificar o passado que o consagra, elegendo por meio das políticas públicas “uma série de heróis emblemáticos das virtudes nacionais, uma língua, monumentos culturais, um folclore, lugares simbólicos e uma paisagem típica, uma mentalidade particular.”¹²⁵ As edificações inventariadas, como parte da formação identitária é Fruto da demanda de novos centros urbanos que se formavam, e de acreditar na modernidade como um símbolo, um caminho para se resolver problemas do novo sistema político.

A partir dos anos 1930, o estilo das edificações passa por uma mudança considerável com a chegada dos modernistas ao centro do poder. Dá-se mais ênfase à arquitetura “moderna”, que propunha a integração do espaço com a sociedade, passando a ser um equipamento urbano, um lugar de relação com a comunidade.

A arquitetura modernista passa a refletir o que os governos desejavam transmitir para a sociedade: novos valores e atitudes do que o poder público entendia como um processo modernizador. Sendo um transmissor e formador de nossa identidade, a proteção das edificações em questão, nos demonstra o desejo do então governo, de se vincular ao movimento modernista. Com isso, reforça a narrativa de que no Brasil, o Estado de Minas Gerais, concentra a arte Barroca e o modernismo, sendo que os próprios modernistas, ao ocuparem cargos no SPHAN, reemendariam o estilo barroco como a arte universal da história do Brasil.

A produção do inventário, nos mostra a intenção de avigorar o elo do Estado com o arquiteto modernista Oscar Niemeyer e, conseqüentemente, aos artistas que completavam sua arquitetura. Ao escolher as escolas e Clube Social de Diamantina para um possível tombamento, percebe-se a intenção de se criar um processo identitário com os “modernos”, pois, os prédios possuem todos elementos arquitetônicos e artísticos que integraram o movimento modernista.

¹²⁵ THIESSE, Anne-Marie. **A criação das identidades nacionais na Europa**. São Paulo: Seuil, 1999. p. 14.

Os modernistas ocuparam cargos públicos, onde puderam exercer poder na ação e palavra. Tal fato, refletia na produção de revistas, artigos, edificações e na seleção de bens culturais do país, pois os mesmos, ocupavam a direção do recém-criado SPHAN. Para eles, foi dada a chancela para a construção e sentido da sociedade brasileira, por meio da historicização do tempo.

Ao final da elaboração do inventário, o mesmo foi para avaliação do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – CONEP, que resultou na indicação para o tombamento das quatro edificações citadas acima. A proteção das edificações pelo IEPHA, mostra a força do grupo modernista, que, ainda hoje, com a ampliação da noção de patrimônio cultural e suas várias manifestações no campo material e imaterial, vemos a importância de reafirmar o grupo modernista como símbolo da mudança. Ao mesmo tempo, da preservação da cultural nacional e, conseqüentemente, estadual.

Nesse sentido, a representação dos prédios em questão é importante. A maioria do corpo técnico que ocupava cargos no SPHAN eram arquitetos. Isso mostra a interação entre a arquitetura moderna e o patrimônio cultural, que contribuiria para a construção de uma nova sociedade, sendo um processo de modelagem para o “homem novo.”¹²⁶ Como apresentado no relatório final para o CONEP: “Por fim, o estudo dos projetos e obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais abriu ainda mais os horizontes de pesquisa e preservação da instituição, que deve estar sempre atenta a patrimônios culturais que marcaram e marcaram a identidade do estado”¹²⁷.

Os edifícios são prédios que expressam a ideologia modernista para a vida social e política, transmitindo a construção de uma ideia de sociedade, interação entre obra e a comunidade. Nota-se, o interesse do governo em vincular com tais ideais e reforçar o movimento moderno com Minas Gerais, visto aqui na Escola Estadual Governador Milton Campos (Belo Horizonte), Escola Estadual Manuel Inácio Peixoto (Cataguases) e Escola Estadual Júlia Kubitschek (Diamantina) e no Clube Social de Diamantina. Dessa forma, a pesquisa procurou abordar as políticas públicas realizadas para a patrimonialização dos prédios, por meio do inventário produzido pelo IEPHA. Estabelecer ligações entre as políticas de proteção patrimonial, na articulação entre a memória e ações das políticas públicas. Nesse

¹²⁶ VELOSO, Maria. **O Tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil**. 1. ed. Brasília: Unb, 2018. p. 10-457. p. 181

¹²⁷ MOLINARI, Luis. Projetos e Obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais: Relatório Final de Pesquisa Inventário. **Gerência de Identificação e Pesquisa – GIP Agosto de 2018**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 2-57, ago./2018. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

sentido, é importante indagar em que medida as políticas públicas estimularam a adoção de prédios modernistas como patrimônio cultural? Qual a motivação dos órgãos de proteção na salvaguarda desses edifícios? E por fim, qual identidade se busca preservar com o tombamento dessas edificações?

Portanto, propor inventariar as obras do arquiteto em Minas Gerais, o instituto tem como objetivo de ser a “porta de entrada para uma das pautas de trabalho da instituição que é a pesquisa das obras modernistas presente no estado”¹²⁸ sendo um instrumento de preservação da arquitetura moderna em Minas, atendendo também a interesses do mercado turístico, pois se trata de obras relativas a um arquiteto de renome internacional, que possui amplos projetos realizados em Minas Gerais. Ao se inventariar as obras de Oscar Niemeyer, pelo IEPHA-MG, e indicar para o tombamento as edificações aqui citadas, visa caracterizar Minas Gerais, como o Estado que projetou o arquiteto e sua obra para o mundo. Sendo assim a produção do inventário atende a uma demanda de governo, que a época estava à frente do executivo estadual, uma demanda de construção de identidade, sendo caracterizado como berço do barraco e também do modernismo, e por fim, atende ao mercado turístico mercadológico. A pesquisa elaborada não tem a intenção de se esgotar, pelo contrário, a temática aqui proposta se dá para o enriquecimento do debate que envolve o patrimônio cultural e o seu processo na formação da identidade da comunidade.

¹²⁸ MOLINARI et al. **DOCUMENTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO - ANÁLISE E RESTAURAÇÃO DE ESTRUTURAS DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: NIEMEYER E MINAS GERAIS: um olhar sobre o arquiteto pelo inventário de seus projetos e obras no estado**. M. 3º Simpósio Científico do Icomos Brasil, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 1-15, out. /2019. Disponível em: https://www.academia.edu/39914315/NIEMEYER_E_MINAS_GERAIS_um_olhar_sobre_o_arquiteto_pelo_invent%C3%A1rio_de_seus_projetos_e_obras_no_estado. Acesso em: 27 nov. 2020.

REFERÊNCIAS

- AJZENBERG, Elza. **A semana de arte moderna de 1922**. Revista de Cultura e Extensão USP, v. 7, p. 25-29, 2012.
- ALCÂNTARA, Carolina Paulino. **"Princesa do Norte": contradições da modernidade em Diamantina (1889-1930)**. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2015. p. 1-164.
- ALMEIDA, M. D. et al. **Para os Scepticos**. A Revista, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 12-58, jul. 1925. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=396060&Pesq=A%20revista&pagfis=17>. Acesso em: 15 fev. 2022.
- AMARAL, Aracy. **Artes Plásticas na Semana de 22**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1970. p. 15-321.
- ANDRADE, Gênese. **Modernismos: 1922 - 2022**. 1. ed. São Paulo: Schwarcz S.A, 2022. p. 7-824.
- ANDRADE, Mário de. **Aspectos da Literatura Brasileira**. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002. p. 253-280.
- ARGAN, Giulio Carlo. **Walter Gropius e a Bauhaus**. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951. p. 8-245.
- ASMINASGERAIS.COM.BR. **Verde: revista semanal de arte e cultura**. Disponível em: http://www.asminasgerais.com.br/zona%20da%20mata/univlrcidades/modernismo/Literatura/revista_verde/verde_summario_01/thumb033.htm. Acesso em: 26 jan. 2022.
- AZEVEDO, Giselle Arteiro Nielsen. **Arquitetura Escolar e Educação: um modelo conceitual de abordagem interacionista**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- BARROS, M. C. **Projeto Circular Campina-Cidade Velha: uma análise das formas de uso e apropriação do espaço patrimonializado no centro histórico de Belém**. 2021. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém.
- BARROS, Magaly; DA COSTA TAVARES, Maria Goretti. **O Papel do Estado no Diálogo entre Patrimonialização e Educação Patrimonial**. Revista Memória em Rede, v. 16, n. 30, p. 310-336, 2024.
- BENEVOLO, Leonardo. **A história da arquitetura moderna**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994. p. 7-813.
- BENHAMOU, Françoise. **Economia do patrimônio cultural**. São Paulo: Edições SESC, 2017. p. 16-17.
- BENS TOMBADOS - IEPHA. **Bens Tombados**. Disponível em: www.iepha.mg.gov.br. Acesso em: 3 mar. 2022.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar: A aventura da modernidade.** 349. ed. São Paulo: Schwarcz Ltda, 1987. p. 1-349.

BERNARDO, R. A. D. C. F. D. O. **Caixa Escolar: Instituto Inestimável para a Execução do projeto da Educação Primária. Educação em foco, Juiz de Fora**, v. 16, n. 3, p. 141-148, set. 2011. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2012/08/Texto-061.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2022.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL. [Http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=396060&pasta=ano%20192&pesq=Modernismo&pagfis=65](http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=396060&pasta=ano%20192&pesq=Modernismo&pagfis=65). Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 1 fev. 2022.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Recado a uma geração.** Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=396060&Pesq=A%20revista&pagfis=10>. Acesso em: 3 mar. 2022.

BORSAGLI, Alessandro; MEDEIROS, F. G. L. **História Econômica da Cidade de Diamantina / MG.** História Econômica e História de Empresas, Aracaju, v. 1, n. 1, p. 1-25, mai. 2014. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2014/a-formacao-do-espaco-urbano-regional-de-diamantina-mg.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2022.

BRANCO, Joaquim. **Passagem para a modernidade.** 1. ed. Cataguases: Cataguases, 2002. p. 15-182.

BUENO, Antônio Sérgio. **O Modernismo em Belo Horizonte: década de vinte.** 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1982. p. 15-204.

CAETANO, Rodrigo. **O desenvolvimento histórico e cultural de Cataguases: a inauguração do colégio de Cataguases e a sua relação com o Movimento Modernista Verde.**

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada.** 1. ed. São Paulo: Iluminuras, 2003. p. 1-223.

CATTANI, Icléa. **Entrevista: Movimento Modernista no Brasil.** Realizada por Denise Leite, em Porto Alegre, 15 de junho de 2000.

CEDRO, Marcelo. **JK desperta BH (1940-1945): A capital de Minas Gerais na trilha da modernização.** 1. ed. São Paulo: annablume, 2009. p. 20-190.

CERTEAU, Michel De. **A cultura do Plural.** 6. ed. Campinas: Papirus, 1995. p. 7-145.

CHOY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 11-282.

COSTA, Everaldo. **Patrimônio e território urbano em cartas patrimoniais do século XX.** Finisterra, v. 47, n. 93, 2012.

DDSNEXT.CRL.EDU. **Relatório Ministerial: Viação e Obras Públicas, 1909-1952.** Disponível em: http://ddsnext.crl.edu/titles/145?terms=Diamantina&item_id=2574#?h=Diamantina&c=4&m=4&s=0&cv=131&r=0&xywh=-1387%2C0%2C4628%2C3264. Acesso em: 11 mai. 2022.

DIAS, Fernando Correia. **O Movimento Modernista em Minas Gerais: Uma interpretação Sociológica.** 1. ed. Brasília: Ebrasa, 1971. p. 11-181.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997. p. 58.

FRIEIRO, Eduardo. **Recordando os amigos do livro.** 3. ed. Rio de Janeiro: Revista do Livro, 1958. p. 212-216.

FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural.** São Paulo: Zahar, 2006. p. 125.

FURATADO, Júnia. **História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas.** 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 10-587.

GOFF, Jacques Le. **História e Memória.** 7. ed. Campinas: Unicamp, 2013. p. 1-504.

GOMES, T. D. G. **Guia dos Bens Tombados - MG: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Biribiri.** 2. ed. Belo Horizonte: IEPHA, 2014. p. 51-227.

GROPIUS, Walter. **Bauhaus: Nova Arquitetura.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 7-223.

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Tombamento de Diamantina, MG.** Documento, Brasília, v. 3, n. 2, p. 12-57, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/7>. Acesso em: 11 mai. 2022.

JAPIASSU, Hilton. **O que é Filosofia.** 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 9-112.

JULIÃO, A. F. **O modernismo em Diamantina.** Revista de História, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 12-57, 2019.

KNIJNIK, Álvaro. **O papel de Belo Horizonte no Modernismo Brasileiro: A revista "Verde" de Cataguases.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, v. 1, n. 2, p. 32-56, 2015.

KOHLSDORF, Valério Augusto Soares. **O Modernismo em Minas Gerais: Conceitos e Questões.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 10, n. 3, p. 131-139, 1990. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbh/article/view/1234>. Acesso em: 2 fev. 2022.

LEVY, Roberto. **Uma História de Belo Horizonte.** 3. ed. Belo Horizonte: Leite, 1985. p. 9-112.

LODY, Raul. **Patrimônio Imaterial.** 2. ed. Rio de Janeiro: EdUFF, 2002. p. 213-217.

MELO, Marcos Cirilo de. **Arquitetura Escolar: Modernismo em Belo Horizonte (1922-1937)**. Dissertação (Mestrado). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <http://arquitetura.ufmg.br/sites/arquitetura.ufmg.br/files/documentos/dissertacoes/2007-09-MELO.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2022.

MENDES, Carlos Magno Guimarães. **Patrimônio e Mobilidade: as influências do Movimento Modernista em Belo Horizonte**. História e Perspectivas, Uberlândia, v. 28, n. 1, p. 47-72, 2015.

MENEZES, Ulpiano T. B. de. **O que é Patrimônio?** São Paulo: Brasiliense, 2010. p. 43-122.

OLIVEIRA, C. **A presença do Modernismo em Belo Horizonte: aspectos arquitetônicos e urbanísticos**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 47-72, 2001.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. **Cultura popular e modernismo: Cataguases e a Revista Verde**. 1. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000. p. 21-114.

OLIVEIRA, Marta Rosa de. **Patrimônio Cultural e Urbanização em Belo Horizonte: 1901-1922**. Revista de História e Historiografia, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 55-67, 2012.

PEREIRA, Thiago. **Arquitetura Modernista: Minas Gerais e o Brasil**. 1. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2021. p. 13-195.

PINHEIRO, Fausto Tadeu. **"O debate do verde: Cataguases e modernidade"**. Revista USP, n. 15, p. 126-137, 2014.

PINTO, Maria Emília Cardoso. **A arquitetura de Oscar Niemeyer: as características das obras realizadas em Belo Horizonte**. Caderno de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 1-15, 2017.

REVISTA VERDE: **edição comemorativa 70 anos**. Verde, Cataguases, v. 1, n. 1, p. 1-120, 2002.

RIBEIRO, E. de M. **A influência da arquitetura modernista na formação da cidade moderna: o exemplo de Belo Horizonte**. História, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 12-47, 2011.

SANTOS, A. A. **A arquitetura modernista em Belo Horizonte: aspectos socioculturais**. 1. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2013. p. 17-151.

SANTOS, Elcio Costa. **Modernismo e urbanização em Belo Horizonte: a revista Verde e a construção de uma nova capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUFF, 2003. p. 29-94.

SCARLATTI, Iara A. **O Movimento Modernista em Belo Horizonte: Análise Crítica**. 1. ed. São Paulo: EdUSP, 2015. p. 1-104.

SOUSA, R. V. **Patrimônio e Modernidade: o papel da arquitetura na construção da identidade urbana de Belo Horizonte**. Revista de Arquitetura e Urbanismo, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 21-49, 2018.

VERDE. 1. ed. **Cataguases: Verde**, 1927. p. 1-152.

VIEIRA, Lúcia Maria Paschoal Guimarães. **O patrimônio cultural e a urbanização em Belo Horizonte: a formação da cidade.** 1. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. p. 17-237.

WEIMER, Günter; SOUZA, Márcia Gonçalves de. **Revista verde: uma modernidade interiorana.** 1. ed. Cataguases: Instituto Francisca de Souza Peixoto, 1997. p. 15-198.

ZANINI, Walter. **Projeção da Arte Moderna Brasileira.** 2. ed. São Paulo: EdUSP, 1983. p. 25-183.

ZANINI, Walter. **Apresentação do movimento modernista em Belo Horizonte.** 3. ed. Belo Horizonte: EdUSP, 1987. p. 30-122.

FONTES:

Correio Paulistano, São Paulo, v. 1, n. 021, p. 1-16, maio/1957.

Correio paulistano, São Paulo.

Diário de Minas, Belo Horizonte, 31 de janeiro de 1953, primeiro caderno, p. 7. ESTADO DE MINAS, 1956, Primeiro caderno.

ESTADO DE MINAS, 1956, Primeiro caderno. Estrela Polar. 1951.

IEPHA, Inventário, 2018.

Polar, estrela. Inauguração do Grupo Escolar Júlia Kubitschek. Estrela Polar, diamantina, Minas Gerais, p.1. Junho. 1954

ANEXO 1 - Questionário para conhecer a realidade do aluno

I - QUESTIONÁRIO:

Conceitos (a serem trabalhados dentro de sala de aula pelos professores)

Público-alvo: alunos do ensino fundamental e ensino médio.

Nome:

1. Quem é você?

2. Por que tem esse nome?

3. Quem te deu o nome. Por quê?

4. Quem são seus pais?

5. Onde nasceram? Quando nasceram?

6. Onde estudaram?

7. Qual a profissão de seus pais?

8. Quem são seus avós maternos e paternos? Qual a idade deles?

9. Quantos irmãos têm seus pais? Identifique seus nomes e idades.

10. Como seus pais se conheceram?

11. Onde moraram depois que se casaram?

12. Onde você nasceu?

13. Quantos irmãos você tem? Informe o nome e a idade deles.

14. Onde você mora? Há quanto tempo mora no local?

15. Quantas pessoas moram na casa e quem são?

16. Quais são os seus bens mais importantes?

17. Qual seria a sua reação se alguém trocasse suas coisas de lugar? Por quê?

18. Quais são os bens mais importantes de sua família? Por que são importantes?

19. Como seria sua vida sem esses “Bens Importantes”?

20. Dê alguns exemplos de bens culturais da sua cidade.

21. O que define para você, a importância de um bem cultural?

ANEXO 2 - Exercício conhecendo um bem cultural

1. Qual o nome da escola que você estuda?

2. Qual é a origem do nome da sua escola?

3. Você sabia que sua escola é um bem cultural?

4. O que te chama mais atenção nesse bem cultural?

5. Você utiliza ou tem contato com esse bem cultural?

Passa perto dele todos os dias. Por quê?

Passa perto dele de vez em quando. Por quê?

Frequenta ou vivencia o bem todos os dias. Por quê?

Frequenta ou vivencia o bem de vez em quando. Por quê?

Não tem contato com o bem. Por quê?

6. Esse bem cultural é important para você?

7. Você acha que esse bem tem problemas? Quais?

8. Como esses problemas podem ser resolvidos?

9. O que você acha que pode ser feito para que esse bem seja preservado?
